

Revista do Café



Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro

Ano 95 - Setembro 2016 - Nº 858



O Café nas Olimpíadas



DEGUSTAÇÃO DE CAFÉ

Todos os sábados – Visita ao CPC

Horários: 10h30, 12h, 15h e 17h

Vagas por grupo: 20

Valor: R\$6,00

Degustação: três tipos de café gourmet + dicas e curiosidades sobre o consumo

Obs.: Aos sábados a visita às exposições é gratuita. Somente será cobrado o valor de R\$6,00 para a visita ao Centro de Preparação de Café.

Mais informações pelo telefone (13) 3213-1750
Ramal 1765 ou pelo e-mail cpc@museudocafe.org.br



Rua XV de Novembro, 95 - Centro Histórico - Santos - SP
Tel.: (13) 3213-1750 | Horários: terça a sábado, das 9h às 17h.
Domingos, das 10h às 17h. | Sábados com entrada gratuita.
Ingresso: R\$6,00 | www.museudocafe.org.br

 /museudocafe



Realização



Sumário

Revista do Café

Reportagens

Paulo A.C. Kawasaki

Colaboradores

Celso Vegro, Claudinéli Moreira Ramos, Delza Dias Ferreira, Fernando Rodrigues, Leila Vilela Alegrio, Rubens Barbosa, Sasha Calmon e Zeina Latif

Foto Capa

Vanusia Nogueira, Diretora Executiva da BSCA e Guilherme Braga Abreu Pires Neto, Presidente do SINDICOM-Café, Sindicato do Comércio Atacadista de Café

Crédito da Capa

Ronaldo Coelho

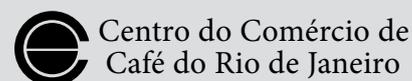
Diagramação, Arte e Projeto Gráfico

Hands-on Editoração Eletrônica

Impressão Gráfica

Grupo Smart Printer

<http://www.gruposmartprinter.com.br>



Diretoria Biênio 2015/2017

Presidente: Guilherme Braga Abreu Pires Filho

Diretor Tesoureiro: Batista Mancini

Diretor Secretário: Alexandre Todeschini Pires

Diretor de Patrimônio: Ruy Barreto Filho

Gerente Geral: Guilherme Braga Abreu Pires Neto

Conselho Administrativo

Warrant Exportadora e Importadora Ltda.

Unicafé Cia. Comércio Exterior

CSB Trading S/A Exp. E Importação

Armada Administração e Participação Ltda.

Agropecuária São Francisco de Paula Ltda.

GBP Assessoria Consultoria Empresarial Ltda.

Alexandre Todeschini Pires

Três Aranhas Com. Ind Ltda.

Stockler Comercial e Exportadora Ltda.

Antônio Augusto Cardoso Garcez

Halley Importadora e Exportadora Ltda.

Victor Augusto Jansen Verdades Garcez

Sindicato do Comércio Atacadista de Café do Município do Rio de Janeiro

Diretoria Quadriênio 2014/2018

Presidente: Guilherme Braga Abreu Pires Neto

Secretário: Batista Mancini

Tesoureiro: Ruy Barreto Filho

Diretor de Patrimônio: Alexandre Todeschini Pires

Rua Quitanda, 191 - 8º andar - Centro - CEP: 20091-000

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Fone: (21) 2516-3399 / Fax: (21) 2253-4873

riocafe@cccjr.com.br / www.cccjr.com.br



04 Café nas Olimpíadas

08 Cafeicultura volta a contar com Departamento no MAPA

10 O duplo custo do judiciário
Zeina Latif

04

12 Luiz Hafers, o homem que compartilhava

18 Suprimento de conilon sob estresse – Celso Vegro

22 China, economia de mercado?
Rubens Barbosa



12



24 6º Fórum Consultivo de Finança na OIC

26 A cassação de Dilma
Fernando Rodrigues

29 Novo Diretor CECAFÉ

32 Código Florestal e o café
Marjorie Miranda

24

34 Um país confuso
Sasha Calmon

36 Fazenda da Cachoeira

38 PANORAMA

49 Série Cafeterias do Mundo
Café Majestic, Portugal



48



O Café nas Olimpíadas

No Boulevard Olímpico, área mais badalada durante os Jogos Olímpicos e a Paralimpiada Rio 2016, com grande afluxo de visitantes, a APEX Agência Brasileira de Promoção de Exportações e de Investimentos montou a CASA BRASIL em um dos antigos armazéns do cais do Porto, refor-

mado, em uma área de 12.000 m², reunindo as representações de inúmeros produtos e setores da economia brasileira.

No ambiente da CASA BRASIL promoveram-se seminários, rodadas de negócios, exposições e degustações de produtos brasileiros, juntando empresários nacionais e com-

pradores estrangeiros. Em paralelo às agendas de negócios foram realizados painéis de debates sobre três temas relacionados com as Olimpíadas e a indústria nacional: Tecnologia & Saúde, Alimentos Funcionais e Tecnologia Assistiva, envolvendo cerca de 120 empresas brasileiras e estrangeiras.



Celso Merola Jinger (MAPA), José Ferreira, Diretor da Copercanol, Guilherme Pires Neto, Presidente do SindiCom-Café, e José Mauricio Soares, SEBRAE

Exposições e Interações

Seminários voltados para a metodologia de internacionalização de empresas e para a atração de Fundos de Participação, despertaram grande interesse. A programação incluiu também o lançamento do Guia de Oportunidades de Investimentos pelo Itamaraty, MDIC e Apex. O Embaixador Roberto Jaguaribe, Presidente da APEX, destacou que “além da promoção de negócios, a Casa Brasil serviu para impulsionar o potencial das exportações e atrações de investimentos em linguagem de fácil entendimento, que valoriza os produtos e serviços brasileiros”. Neste contexto, a Exposição “O Brasil no mundo”, ao transmitir informações sobre setores como design, gastronomia, música e arquitetura, e um Mapa Interativo, mostrando ao público dados sobre a presença de produtos brasileiros no exterior, e exibindo vídeos sobre a indústria e a cultura brasileira, em 3D, proporcionou uma visão ampla das ações da APEX. A estimativa da APEX é a de que a CASA BRASIL recebeu, no período dos eventos – 4 de agosto a 18 de setembro – cerca de meio milhão de visitantes.



Público do Espaço das Artes do Café



5



Vanusia Nogueira

O Café

O café teve uma presença marcante e despertou grande interesse do público. Ocupando, em local nobre da CASA BRASIL, uma área de cerca de 400 m², denominada de “Espaço das Artes do Café”, a BSCA (Associação Brasileira de Cafés Especiais), Vanusia Nogueira à frente, encarregou-se da coordenação, organização e funcionamento do

“stand”. Através de parcerias com a indústria e, institucionalmente, com o CCCRJ, Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro, SINDI-COM-Café, Sindicato do Comércio Atacadista do Café do

RJ, e COOPERCANOL –Cooperativa de Café do Norte Fluminense, o local atuou no estilo cafeteria, oferecendo-se degustações de cafés das diversas regiões do Brasil. Apresentações didáticas de

como preparar o café e sobre a fascinante história do café, tiveram grande público. O Espaço do Café permaneceu funcionando no período de 4 de agosto a 18 de setembro, de modo ininterrupto,



Equipe do Rio de Janeiro que atuou na Casa Brasil

A COOPERCANOL, pelo seu Diretor José Ferreira, técnico do MAPA, fez uma apresentação abrangente sobre a cafeicultura fluminense, destacando os avanços alcançados sobretudo na região Noroeste, com a introdução de cafés especiais e conceitos de sustentabilidade. A implantação de um programa de gestão, controle de qualidade e melhoria dos processos de pós-colheita, por meio de projeto financiado pelo SEBRAE, despertou o in-

teresse dos produtores para a melhor classificação de bebida de modo a alcançar padrões especiais, mais valorizados no mercado. Estas ações resultaram, em 2015, no aumento de cerca de R\$ 1,3 milhão na renda de pequenos produtores, com forte influência da agricultura familiar.

Na região Serrana, outro importante núcleo e produção, a mesma preocupação com a necessidade da melhoria da qualidade se observa.

Na Fazenda Cedro, de propriedade da família Nioac de Salles, município de Bom Jardim, vencedora no Concurso de Qualidade do Rio de Janeiro, classificados como cereja descascado, de sabor adocicado e encorpado, leve fragância da flor do café, bebida mole, representando a região do Rio de Janeiro, foram degustados em evento no “Espaço das Artes do Café”, mostrando os avanços da cafeicultura fluminense. ☺





Cafeicultura volta a contar com Departamento no Ministério da Agricultura

Solicitação de representantes do setor de produção de café foi recebida por Blairo Maggi, que deu andamento ao trâmite para a criação do Departamento de Café, Cana de Açúcar e Agroenergia

Paulo A. C. Kawasaki

No dia 21 de setembro, o Governo Federal publicou o Decreto nº 8.852, que criou o Departamento de Café, Cana de Açúcar e Agroenergia dentro da estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A medida atendeu a um pleito do setor privado, que criticou a extinção do Departamento do Café, em 2015, durante reordenamento proposto pela então ministra Kátia Abreu.



CRÉDITOS: EXPORTADORA GUAXUPÉ

O presidente executivo do Conselho Nacional do Café (CNC), deputado Silas Brasileiro, recorda que assumiu a frente de um trabalho conjunto com as demais instituições da cadeia produtiva no intuito de que o café voltasse a ter uma estrutura própria dentro do Governo. “Lideramos um intenso trabalho de demonstração, ao ministro Blairo Maggi, da necessidade de uma estrutura própria para o café dentro do Mapa em função de sua importância econômica, social e ambiental, não sendo recomendado que o setor ficasse à mercê de burocracias para a adoção das políticas públicas necessárias”, revela.

Segundo ele, apesar da estrutura enxuta apresentada, o ministro fez o possível diante do atual cenário do País e, a partir de agora, o que interessa é que o Departamento poderá retomar os trabalhos do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC). “Será possível dar encaminhamento às decisões tomadas no CDPC e otimizar a operacionalização dos aproximadamente R\$ 6 bilhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), acabando com a burocracia que havia desde 2015 e ampliando a sinergia entre os setores público e privado”, comenta Brasileiro.

O setor industrial da cafeicultura nacional também viu como positiva a medida encaminhada pelo ministro Blairo Maggi e adotada pelo Governo. De acordo com Nathan Herszkowicz, diretor executivo da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), o retorno de uma estrutura voltada para a formulação das políticas cafeeiras e para a boa gestão do entendimento entre os vários agentes da cadeia produtiva gera certeza de que o café, por suas “características muito especiais”, continuará a encontrar ideias e iniciativas que apoiem o seu desenvolvimento.

“A valorização da qualidade, a importância da produção sustentável, a atuação em grandes organismos mundiais que influenciam este mercado em transição e a importância crescente de um plano de marketing eficaz são fatores que justificam e demandam a existência de um departamento exclusivo para o café, com participação de todos os organismos do agronegócio e atuação dos comitês técnicos e temáticos, como havia até há pouco tempo”, explica Herszkowicz.

O diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS), Aguinaldo Lima, recorda que todos os segmentos da cadeia produtiva ficaram “extremamente preocupados e desconfortáveis” com a extinção do Departamento do Café no Mapa pela gestão anterior. Conforme ele, a publicação do Decreto nº 8.852, criando oficialmente o Departamento de Café, Cana de Açúcar e Agroenergia, vem reparar, em parte, a estrutura extinta.

“Ainda não é o ideal, mas entendemos que o ministro Blairo Maggi fez o que foi possível dentro do momento político e econômico. Agora fica a expectativa para a montagem da equipe que comporá a nova estrutura, que precisará de gente capacitada e experiente, uma vez que a grande responsabilidade será a gestão dos quase R\$ 6 bilhões de recursos do Funcafé e das políticas que permeiam toda a cadeia”, analisa Lima.

O presidente da Comissão Nacional do Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Breno Mesquita, completa que a reestruturação do café dentro da organização governamental é de suma importância para o desenvolvimento de planos e ações voltados ao setor. “Entendemos

que, com o departamento, será possível retomarmos os trabalhos voltados às áreas de planejamento estratégico, pesquisa e desenvolvimento, promoção e marketing e acordos internacionais, temas de fundamental relevância para o café e que voltarão a ser tratados dentro das reuniões dos Comitês Diretores do CDPC”, destaca.

Para o presidente do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ), Nelson Carvalhaes, desde que bem conduzido, o novo departamento poderá contribuir para a melhoria constante nas informações estatísticas do Brasil e na elaboração de políticas estratégicas. “Dentro de um cenário de liberdade de mercado, o departamento favorecerá para que o Governo e o setor privado definam conjuntamente as ações do segmento cafeeiro, o que é fundamental para que possamos realizar ações de incremento do consumo interno, pensando nas indústrias de torrefação e de solúvel. Também poderemos ampliar o investimento em pesquisas e tecnologia, com melhoras na produção, e, conseqüentemente, na elevação de nossas exportações, sempre observando o crescente consumo mundial”, opina.

O presidente do CNC salienta que a ação do ministro foi correta e merecedora de reconhecimento por todas as lideranças da cadeia produtiva. “Acreditamos que, à medida do possível, o café voltará a ter reconhecida sua importância econômica e social para o País, havendo mais celeridade na tramitação das demandas e mais sinergia na condução da política cafeeira do Brasil, que sempre foi referência para os demais países produtores do mundo”, finaliza Brasileiro. ☺



O duplo custo do Judiciário

Asociedade, não sem razão, se queixa do estado pesado, caro e ineficiente, que não consegue entregar serviços públicos de boa qualidade. Ainda que o alvo das críticas seja, geralmente, o Poder Executivo, o mal também acomete o Poder Judiciário. O sentimento com o Judiciário é dúbio. Por um lado, é visto por muitos como o principal pilar institucional do país. Por outro, é acusado de alimentar a insegurança jurídica do país, comprometendo o ambiente de negócios, gerando distorções alocativas na economia e nas políticas públicas. Não só de Lava Jato vive o Judiciário.

O custo do Judiciário no Brasil é extremamente elevado quando comparado a outros países de renda per capita similar, havendo pouco incen-

tivo para os Tribunais controlarem os seus próprios gastos. Segundo Luciano Da Ros, o Poder Judiciário custa 1,3% do PIB, enquanto que Chile e Colômbia gastam pouco mais que 0,2% do PIB; Venezuela, 0,34% e Argentina, 0,13%. Já o sistema de justiça brasileiro, que inclui Ministério Público, Defensorias Públicas e Advocacia Pública, custa 1,8% do PIB, contra 0,37% em Portugal.

Para explicar a razão para tanta discrepância, o autor examina outros indicadores e conclui que a distorção não está no número de magistrados por habitante, que está em linha com a média mundial, mas cresce exponencialmente no número de servidores, terceirizados e afins. São 205 funcionários para cada 100.000 habitantes contra 42 no Chile e Colômbia. Na Argentina, 150. O Brasil também se destaca pelo elevado salário de juízes, dos mais elevados no mundo.

Os números não são nada bons, e em tempos de grave crise fiscal, convém reavaliar o destino dos gastos públicos;

especialmente diante do inoportuno ajuste de salários do Judiciário, enquanto a escalada do desemprego tira o sono de muitos.

Apesar do alto custo, por incrível que pareça, talvez esse não seja principal problema do Judiciário. Afinal, se o sistema fosse caro, mas eficiente, gerando retornos para a sociedade, o elevado custo poderia ser palatável. Não é o caso. A posição do Brasil em rankings mundiais que avaliam a eficácia do sistema judicial, como o Doing Business, não é nada boa.

É verdade que há grande número de ações judiciais, justificando em alguma medida o elevado custo do Judiciário. O autor confirma a queixa dos magistrados de que o volume de trabalho os sobrecarrega. De qualquer forma, o indicador de novos processos por funcionário não seria elevado: 68,2 novos casos para cada funcionário no Brasil, contra 135,9 em Portugal.

A abrangente constitucionalização no país ajuda a explicar o volume de processos.

A Constituição, muito detalhada, transformou matérias típicas de políticas públicas em direito constitucional. Por exemplo, se um direito individual é disciplinado em uma norma constitucional, ele se transforma, potencialmente, em ação judicial visando a garantir o cumprimento de direitos e garantias estabelecidos na Constituição. Não à toa o Brasil tem o único Supremo Tribunal Federal no mundo que julga habeas-corpus, típica medida saneadora primária. Um segundo problema é que o Estado é o grande litigante – quase 63% de todos os processos no Brasil envolve algum ente federativo ou estatal.

Outro ponto é que o sistema brasileiro de controle da constitucionalidade se tornou, com a Constituição de 1988, um dos mais abrangentes do mundo, segundo especialistas. Além das esferas de poder, entidades de classe dos vários segmentos da sociedade podem propor ações diretas de inconstitucionalidade, ações civis públicas e outras ações cujo efeito é coletivo.

O Brasil tem, portanto, um sistema que estimula a judicialização.

A ação do Judiciário, no entanto, acaba agravando o problema, em função do ativismo judicial, que se refere ao hiato entre a lei e a decisão de juízes. A lei, muitas vezes, tem servido para estabelecimento de discriminações e privilégios, não havendo imparcialidade por parte das instituições responsáveis por sua aplicação. Constroem doutrinas e atalhos de forma que a lei seja aplicada de forma seletiva. Esta é uma crítica ao comportamento de juízes que substituem os ditames constitucionais pela sua própria subjetividade. Muitas vezes, ao invés de cumprirem a lei, proferem sentenças com base em suas próprias convic-

ções, muitas vezes estranhas à própria lei.

A judicialização e ativismo judicial formam uma combinação explosiva. O elevado poder discricionário de juízes e cortes alimenta um círculo vicioso: como há ativismo judicial, vale a pena se recorrer ao Judiciário. Além disso, custa pouco litigar e a demora nos processos é benéfica para quem não tem o direito.

Os agentes econômicos precisam incorporar em suas decisões de investimento esse risco. Vários setores, como saúde, bancos, e as relações trabalhistas são afetadas pelo ativismo judicial. As críticas são variadas, indo desde a falta de conhecimento e informação dos juízes sobre os temas julgados ao déficit de legitimidade democrática dos magistrados.

Além disso, muitas vezes o sistema judiciário gera constrangimentos à gestão pública, como é o caso da ação dos tribunais de contas nas decisões de investimento em infraestrutura, e na concessão de benefícios sociais de forma generosa. Exemplos importantes são a concessão de aposentadoria rural (quase um terço dos benefícios rurais são concedidos judicialmente) e de benefício de assistência continuada, o LOAS (quase 20% concedidos judicialmente). O mesmo vale para o SUS e planos de saúde, que sofrem com imposições feitas pelo Judiciário, implicando custos enormes, muitas vezes de forma arbitrária. A percepção é que o Judiciário não tem noção de orçamento e de restrição orçamentária.

Outro exemplo de ativismo é a do Tribunal Superior do Trabalho (TST) na edição de súmulas. Trata-se de deliberação dos ministros – e não é lei aprovada no Congresso – que está acima de decisão das partes envolvidas. Súmulas que

geram custos elevados e que acabam gerando insegurança jurídica. Como agravante, os tribunais regionais do trabalho muitas vezes mantêm orientações de jurisprudência contrárias a enunciados na esfera federal. A divergência de entendimentos estimula a judicialização.

A aplicação da Lei de Falências também deixa a desejar. O viés da Justiça em proteger o devedor (as empresas), contrariando a lei, acaba gerando ruídos e distorções no mercado de crédito. Ao proteger empresas ineficientes, em detrimento dos credores, acaba afetando todo o mercado de crédito e penalizando as demais empresas.

Não se trata de colocar toda a responsabilidade da confusão jurídica do país no colo do sistema Judiciário. Afinal, há um emaranhado de leis e jurisprudência, e mudanças excessivas de regras, muitas vezes sem critérios.

Mas isso não tira a responsabilidade do sistema judiciário por piorar a alocação de recursos na economia – públicos e privados –, e alimentar a insegurança jurídica no Brasil, peça quebrada que atrapalha o bom funcionamento das válvulas da economia. ☹

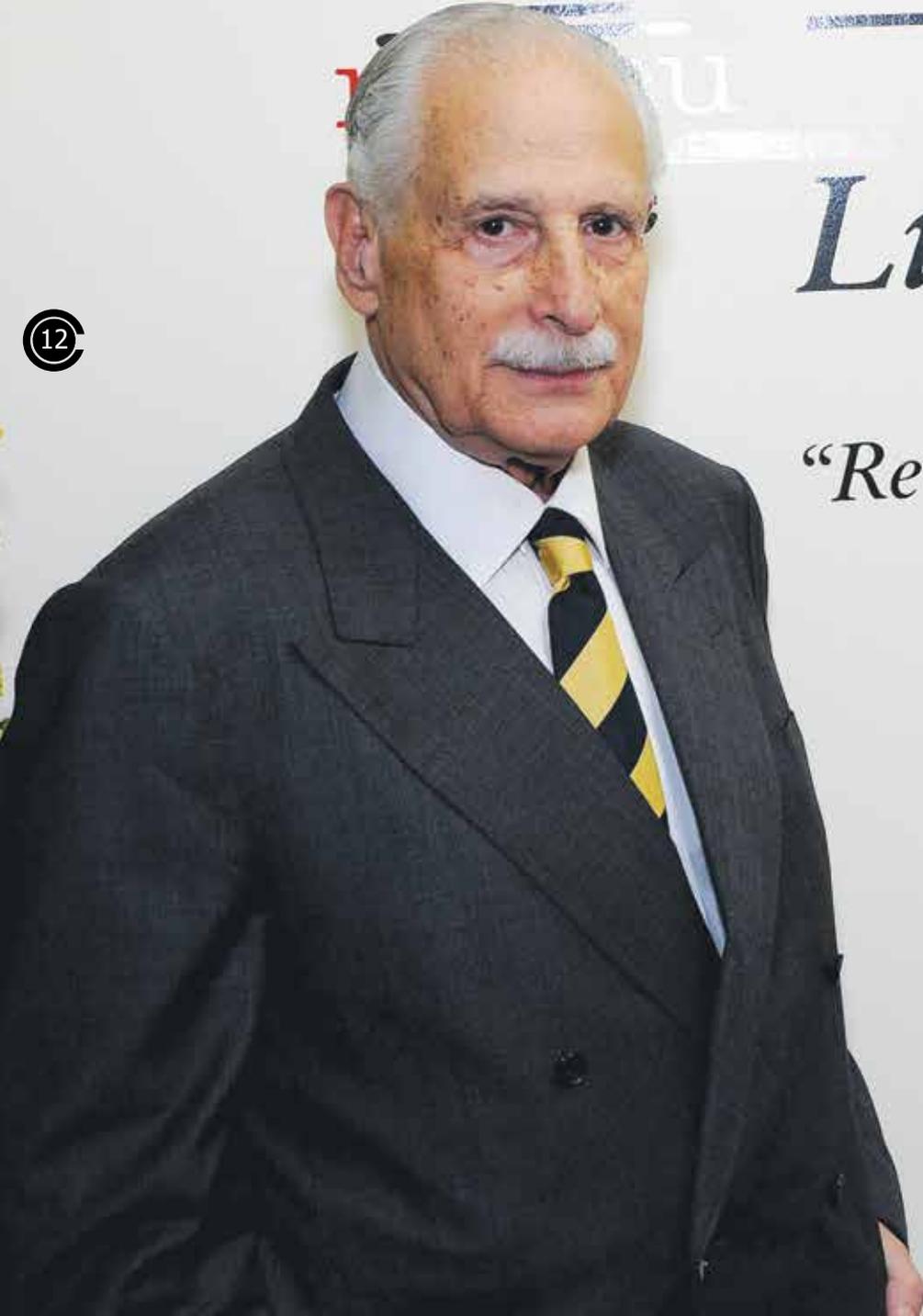
Zeina Latif, é Economista-
Chefe da XP Investimentos



Centro d e Doc

Luiz Marc

“Rever o passado, em



de Informação documentação

cos *Suplicy Hafers*

entender o presente, sonhar o futuro.”

Luiz Hafers,
o homem que compartilhava

A gente se dá conta de que conhece muita gente instruída, escolarizada, mas poucas pessoas verdadeiramente educadas, cultas nos sentidos mais amplos e diversos da palavra, quando tem a oportunidade de conviver com figuras raras como Luiz Marcos Suplicy Hafers.

Um desavisado poderia dizer que essa é uma visão elitista, pois Luiz Hafers era um expoente da aristocracia cafeeira, talvez um dos últimos barões, com sua elegância impecável, sua altivez intimidante, sua fluência e capacidade de articulação a respeito de qualquer assunto. No entanto, reduzi-lo a um subproduto nobre da luta de classes seria injusto e tolo.

E, sobretudo, desperdício de aprendizado. Um homem se conhece não só pelo que ele tem e de onde vem, mas especialmente pelo que ele faz com essa bagagem.

Hafers viveu uma saga esplêndida. Teve todas as oportunidades que um jovem filho da elite cafeeira poderia dispor e as aproveitou muito bem. Foi, ainda jovem, aventurar-se



da esquerda para a direita, Andrea Matarazzo, Luiz Hafers, governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, presidente do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Marcelo Mattos, presidente do INCI, Roberto Ticoulat e o Ministro das Relações Exteriores, José Serra

14

pelo Alasca. Em suas muitas viagens pelo mundo, conviveu com artistas como Truman Capote e Andy Warhol; jogou pólo no Palácio de Buckingham e tomou chá com a rainha da Inglaterra; foi amigo e companheiro de festas de Grace Kelly. Eram intermináveis e todas saborosíssimos os relatos que fazia dessas jornadas que marcaram sempre sua vida – até pouco antes de as condições físicas impedirem que seguisse um de seus últimos e preferidos projetos, de, convivendo com o neto em viagens, nele fortalecer o gosto pelas andanças e descobrimentos do mundo.

Luiz Hafers era um cavaleiro e cavaleiros ensinam pelo exemplo, mais do que por qualquer outro meio. Sempre sorrindo, com os olhos muito brilhantes, costumava dizer ante seu bem sucedido casamento de mais de meio século, que aprendera cedo o segredo da felicidade: “a escolha que toda relação amorosa nos im-

põe nessa vida é entre ter razão e ter sossego. Em nosso casamento, ela tem sempre razão; eu tenho sempre sossego”.

Sua trajetória profissional notável foi outro legado importante de sua passagem entre nós, mas outras pessoas poderão falar disso muito mais e melhor do que eu. Embora a atuação no mundo produtivo do café tenha aproximado nossos caminhos, isso só aconteceu porque Luiz Hafers tinha total clareza de uma necessidade que deve estar no horizonte de cada empreendedor, de cada cidadão que se empenha na geração de riquezas nesta terra de desigualdades. Para ele, era impossível ser bem sucedido se isso não representasse uma contribuição efetiva e qualificada para melhorar o mundo em que vivia. E tinha convicção de que todo o investimento possível em educação e cultura era essencial para pavimentar o caminho para as melhorias pretendidas.

Lembro da primeira vez em que nos encontramos: ele no Conselho de Administração da organização gestora do Museu do Café (que viria a presidir, algum tempo depois) e eu então na coordenação da área de museus da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Naquele dia conheci um fazendeiro e empresário dedicado a preservar e valorizar o patrimônio artístico oriundo da cafeicultura paulista e brasileira; um hábil executivo, ávido por compreender melhor o modelo de gestão de museus adotado pelo Estado – do qual mais tarde se tornaria um valioso defensor – e um homem charmosíssimo, que à época perto dos 70 anos tratava todas e cada mulher que se aproximava com respeito e gentileza, entremeados por aquele tipo de galanteio cortês que infelizmente muitas e muitos hoje já não fazem ideia do que é.

O homem cujo avô acompanhava a flutuação da bolsa de café pelo movimento de carros de boi na Serra do Mar se orgulhava de ser um profundo conhecedor da história de Santos, de São Paulo, do Brasil e do mundo, o que não raro evidenciava com referências precisas de nomes, datas e lugares que preenchiam contextos de uma riqueza colorida, fosse ilustrando como o café da Colômbia se tornou tão popular graças a um marketing muito maroto, fosse apontando as estratégias fundamentais para abrir o mercado chinês ao nosso produto, a partir de experiências curiosas e de muito respeito pela cultura chinesa.

Mais do que entusiasta do investimento na área cultural, para assegurar melhor formação do espírito e da mente de nossos jovens e adultos (“porque”, dizia, “até velho que se dedique, é capaz de aprender algo novo todo dia, e se iluminar e iluminar ao seu redor

CRÉDITO: TADEU NASCIMENTO



Robério Silva, diretor executivo da OIC e Luiz Hafers

a cada dia”), Luiz Hafers sabia que era preciso garantir investimento qualificado, o que passava não só por buscar verbas públicas, mas também por envidar esforços privados, institucionais e pessoais nessa direção, por meio da alocação de recursos financeiros, humanos e materiais.

Cidadão do mundo, ele compreendia bem que a preservação e valorização do patrimônio cultural não era tarefa de um só segmento, tampouco algo que pode se efetivar sem trabalho sério, compromisso público e acompanhamento continuado. Conselheiro de muitas instituições dentro e fora do país, sabia que integrar um conselho não podia se confundir com mero status: “essa vontade de aparecer só na fotografia e não comparecer com trabalho duro é tolice dos provincianos e uma irresponsabilidade com a sociedade que homens íntegros, inteligentes, cosmopolitas, jamais cometem”. Anotei essa sua afirmação como anotei tantas outras, numa das tantas vezes em que discutíamos o desafio que ainda é o entendimento do compromisso público pelo setor privado em nosso país.

Mas é pelo exemplo que se aprende com um cavalheiro. Atuando no Conselho de

Administração do Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração - INCI, organização social parceira do Estado de São Paulo na gestão do Museu do Café e do Museu da Imigração, Luiz Hafers foi personagem estratégico na consolidação do Museu do Café – iniciativa que um grupo abnegado de colecionadores e valorizadores da história do fruto da rubiácea mantinha há anos no histórico edifício da Bolsa do Café, em Santos, e que, apesar dos valorosos esforços de seus apoiadores, não dispunha de condições de profissionalização e crescimento. Ao lado de grandes guardiões da preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do café no Brasil – como Eduardo Carvalhaes e Guilherme Braga Abreu Pires Neto – Hafers teve papel decisivo na condução das negociações com a Secretaria da Cultura para qualificar e dar visibilidade ao Museu do Café, oficialmente criado como museu estadual pelo Decreto nº 53.351, de 26 de agosto de 2008 e hoje reconhecidamente um dos mais queridos e visitados equipamentos culturais do Brasil. Hafers foi ainda um dos principais doadores de acervo para esse Museu.

Seu espírito inovador também foi essencial para ampliar a parceria da organização social sob sua presidência com a Secretaria da Cultura, ao defender entusiasmadamente que a OS concorresse à gestão do Museu da Imigração, indo para além das divisas de Santos e estabelecendo um horizonte cada vez mais estadual e nacional, rumo à visão que Hafers sempre defendeu: de mostrar as correlações entre o patrimônio brasileiro do café e o da imigração e de tornar esse legado um instrumento de valorização da cultura brasileira no mundo, de valorização do trabalho em nossa terra, do encontro e convívio das gentes do mundo em nossa terra e de seu potencial de transformar isso em beleza, arte, qualidade de vida e paz. Sem negar as

Marcelo Mattos e Luiz Hafers



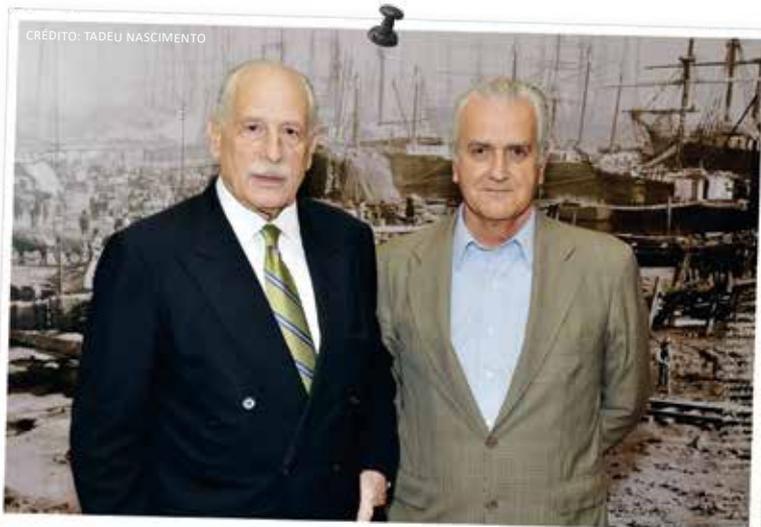
15

CRÉDITO: ACERVO MUSEU DO CAFÉ

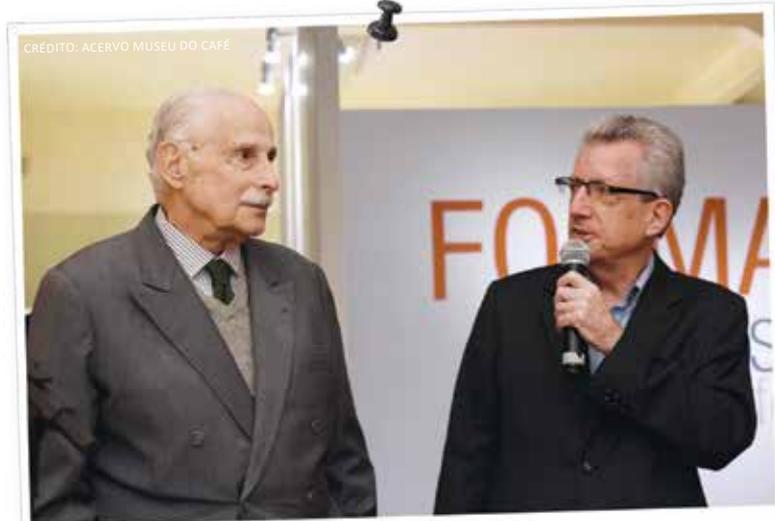
desigualdades e injustiças que marcam a realidade brasileira, Luiz Hafers via na cultura um caminho para combatê-las, atraindo pela curiosidade, conquistando pelo prazer e pela fruição, transformando pelo conhecimento, pela ampliação de repertório de visões de mundo e pelo compartilhamento de esforços de melhoria. Arriscaria dizer que sua palavra preferida, tantas vezes citada no belo francês “partager”, partilhar, compartilhar, traduzia muito do seu espírito e da sua prática.

Determinado, ousado, galante e realizador, Luiz Marcos Suplicy Hafers nos deixou recentemente. Mais do que saudades, ficam dele as lembranças profundamente marcantes, o amor pelo aprendizado sempre, a inspiração para fazer mais e melhor e, mais que tudo, o exemplo de que é possível viver com muita qualidade e ainda ser incrivelmente útil e fazer extremamente bem a um mundo que precisa tanto.

Depois de tudo que ele me ensinou, eu não poderia me



Luiz Hafers e Linneu Costa Lima



Luiz Hafers e Eduardo Carvalhaes

CRÉDITO: TADEU NASCIMENTO



Luiz Marcos Suplicy Hafers nasceu em Santos, litoral de São Paulo, em 1935, e trabalhou como corretor e exportador de algodão até a década de 1970. Viajou o mundo inteiro vendendo o algodão brasileiro. Do comércio exterior, expandiu suas atividades para agricultura, plantando café no Norte do Paraná, primeiro em terras arrendadas e a, partir de 1962, em terras próprias. Ainda na década de 1970, deu início à atividade florestal e expandiu seu negócio para o setor industrial, com a fundação da Pisa Papel de Imprensa S/A. Cafeicultor, foi presidente da APAC – Associação Paranaense de Cafeicultores e fundador da instituição gestora do Museu do Café e do Museu da Imigração. Luiz presidiu a Sociedade Rural Brasileira no período entre 1996 e 2002.

“Ter sido Presidente da SRB talvez tenha sido a maior satisfação de minha vida. A Rural foi fundada em 1919 e, até hoje, congrega uma elite de agricultores que vivem por suas convicções e não conveniências. A Rural é muito mais importante do que o tamanho formal dela. Na presidência, acho que fiz um bom serviço, principalmente na discussão da Reforma Agrária”, costumava afirmar.

De fato, Luiz teve significativo destaque em momentos históricos nas discussões da Reforma Agrária no Brasil, como nas ocasiões de confrontos realizados na cidade de Corumbiara, em Rondônia, e em Eldorado dos Carajás, no Pará, na década de 1990. “Havia um ambiente de pânico e eu consegui ir à público mostrar o lado do agronegócio sério e comprometido com os brasileiros. Primeiro, que a Rural concordava com o problema. Pobreza é inaceitável, inegável e precisa ser resolvida. Por outro lado, o MST havia dado falsas esperança a eles, e a minha classe, a classe conservadora, tinha medo de reconhecer o problema e discutir soluções, por uma falsa ideia de causa e efeito. Concordo com o problema, mas discordo da solução”, dizia ele, abertamente. Luiz acreditava que o problema da pobreza persiste no Brasil e que o MST, com seu radicalismo, vive dela. “Por isso, temos que erradicar a pobreza”, acreditava.



da esquerda para a direita, Guilherme Braga, Roberto Ticoulat, Marcelo Mattos, Eduardo Carvalhaes, Luiz Hafers, Marília Bonas, Nuno Ramos e Américo Sato

despedir sem reforçar o convite tantas vezes feito por ele a tantas pessoas do universo do café, para que conheçam, valorizem e apoiem esse patrimônio tão precioso, e contribuam para torná-lo cada vez mais útil e conhecido por todos. Pois, como ele escreveu, certa vez:

Salve, querido Luiz Hafers, onde quer que esteja,

nós o saudamos! Seguiremos essa saga de defender e valorizar a cultura inspirados em seu exemplo. Para que a gente possa, mais do que ter e fazer: descobrir, refletir, compartilhar e ser melhor. ☺

Claudinéli Moreira Ramos, é
Coordenadora de Monitoramento
e Avaliação da Secretaria da Cultura
do Estado de São Paulo

Claudinéli Moreira e Luiz Hafers



”

“Colecionar o passado tem sido uma atividade incessante desde tempos imemoriais. Marcar o presente, cristalizando-o para futuras considerações, tem sido uma constante. Diários, monumentos e inscrições, todos são manifestações dessa vontade. É disso que tratam os museus. Em constante modificação, em constante evolução. Os museus modernos têm que manter o passado para novas interpretações, ditadas pelas novas condições, pelas novas dúvidas. Um acervo para rever o passado, entender o presente e sonhar com o futuro. Para tanto, não mais um depósito de trastes, mas uma dinâmica de objetos inspiradores, um grande acervo de dados, que possibilitem e agreguem estudiosos sob novas considerações e conceitos. Para descobrir e refletir, para ser.

Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. *Museus: o que são e para que servem?*)

Suprimento de conilon sob estresse: e agora? ^{1/}

Celso Luis Rodrigues Vegro ^{2/}

Eduardo Heron Santos ^{3/}

As evidências recentes de que as mudanças climáticas acrescentam mais incertezas às atividades agropecuárias, aparentemente, não enfrentam mais objeções. Extremos climáticos como estiagens fora de época, excessivas precipitações, temperaturas acima da média para determinado período do ano, invernos demasiadamente rigorosos, conformam o ambiente em que as atividades rurais são conduzidas. A lavoura cafeeira, presente em mais de 150 países não se constitui exceção no atual cenário.

Elementos adicionais se somam à complexidade do quadro que paira sobre a cafeicultura. O acelerado ritmo de urbanização que além de reduzir a força de trabalho no campo, subtrai terra agrícola em favor da expansão das cidades. Percebe-se o incremento da idade média dos cafeicultores sem, porém, que sucessores mais jovens os substituam

em continuidade das explorações. Constatam-se imensas disparidades tecno-produtivas entre os países produtores, exercendo o Brasil a liderança tecnológica frente a seus concorrentes. Obviamente, caso incidam anomalias climáticas e/ou fitossanitárias sobre país líder, seus efeitos sobre o mercado serão mais pronunciados. Ademais, houve espécie de movimento sincrônico das torrefadoras, com raríssimas exceções, no sentido de ampliar paulatinamente a participação do robusta/conilon no blend de seus produtos, particularmente, naqueles que são seus líderes em vendas. Na ponta do consumo, a voga em consumir café entre os asiáticos do leste, ávidos em ocidentalizar seus hábitos de consumo, inicialmente por meio do solúvel, tornou-se irrefreável. Certamente o *boom* das máquinas de preparo por meio de cápsulas em muito contribuiu para que a bebida se tornasse a

mais *cool* das bebidas na atualidade.

A combinação desse conjunto de elementos, em maior ou menor proporção a depender do país/agente econômico focalizado, produz repercussões sobre o mercado. Seguramente acrescentam volatilidade às cotações nas praças em que se formam seus preços, estimulando estratégias de adoção de certificados e de incremento da qualidade por meio das boas práticas agrícolas, no intuito de conferir a atividade horizonte previsível.

Sob esse amplo cenário se insere o incerto momento atual. Países produtores líderes na oferta de robusta foram, em diferentes graus, afetados por anomalias climáticas, prejudicando acentuadamente o fluxo do suprimento global. No Vietnã, para a corrente safra (2016/17), ocorreu estiagem/erráticas precipitações incomuns, redu-

^{1/} Os autores agradecem os comentários e sugestões formuladas por Douglas Michel Klam da NSCafé/Colatina-ES e a Roberto Ticoulat da Exportadora Três Marias/São Paulo-SP e do Café Solúvel Brasília/Varginha-MG.

^{2/} Eng. Agr, MS, Pesquisador Científico VI do Instituto de Economia Agrícola da Agência Paulista de Tecnologia para os Agronegócios da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Email: celvegro@iea.sp.gov.br

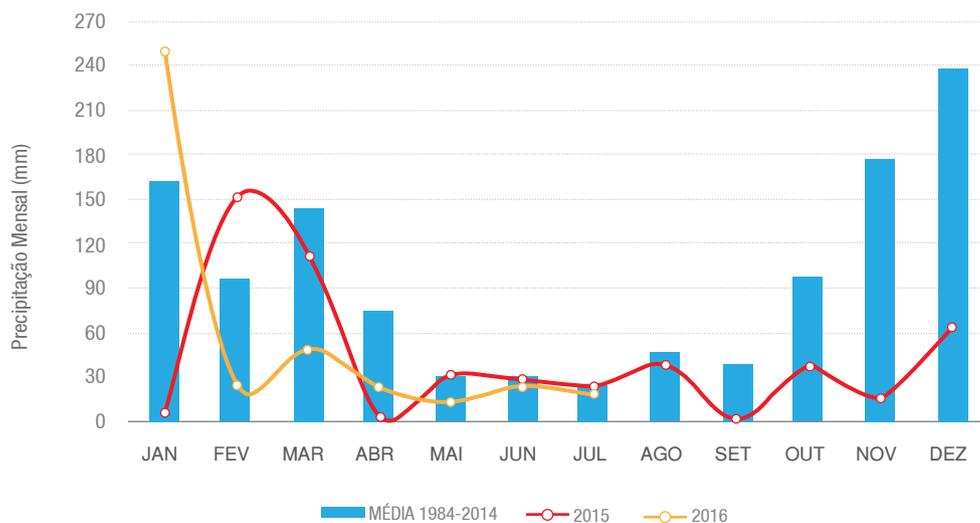
^{3/} Cientista da Computação, Diretor Técnico do Conselho dos Exportadores de Café (CECAFE). Email: eduardo@cecafe.com.br

zindo a previsão de produção dos cinturões de robusta do país para 23,4 milhões de sacas, conforme dados da *Neumann Kaffee Gruppe (NKG)*. Na safra anterior (2015/16) a mesma companhia estimava produção de 25,2 milhões de sacas de robusta nesse país, ou seja, 7,14% de queda em reflexo dos efeitos da mencionada anomalia. Ocorrência similar afetou também a Indonésia, terceiro maior produtor de robusta, constatando-se declínio da oferta, estimado pela NKG, da ordem de 15,24% no comparativo da corrente com a anterior safra. Juntos, esses dois concorrentes reduziram sua produção em 3,4 milhões de sacas.

Os contornos desse colapso no abastecimento mundial de robusta/conilon tornam-se ainda mais dramáticos quando cotejados com a previsão de incremento do consumo interno dos países produtores dessas *commodities* (arábica e robusta), projetado em 2,4% de expansão, representando avanço de 33,33% frente a safra anterior (2015/16). Em termos globais, o consumo em 2016/17 poderá atingir 155 milhões de sacas, ou seja, acréscimo de 2,7 milhões de sacas frente a safra anterior.

No cinturão do conilon norte capixaba brasileiro, reflexos da mais severa estiagem dos últimos cinquenta anos que se registrou naquela porção do território nacional, provocou perdas significativas na produção na atual temporada. No município de São Gabriel da Palha/ES, polo do cinturão capixaba de conilon, os dados climatológicos da estação ali posicionada, revelam que as

GRÁFICO 1 – Precipitações mensais em São Gabriel da Palha/ES, Média 1984-2014, 2015 e 2016



Fonte: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER). Disponível em: http://hidrometeorologia.incaper.es.gov.br/?pagina=sgpalha_sh

Elaborado Incaper

precipitações a partir do segundo trimestre de 2015 e ao longo de 2016 (excetuando-se o mês de janeiro), foram substancialmente menores que a média de 31 anos (1984 a 2014) (Gráfico 1).

Pelo relatório já mencionado, enquanto na safra 2015/16 estimava-se colheita de 16,1 milhões de sacas, na safra 2016/17 esse montante reduziu-se a 11,7 milhões de sacas, ou seja, surpreendente declínio de 27,33% na produção nacional. Somadas, a redução da colheita dos três maiores países produtores de robusta, atinge-se 7,8 milhões de sacas, representando 93,97% do total de redução da oferta mundial contabilizadas para esse tipo de café.

Entre os estados produtores de conilon no Brasil, a Bahia foi o único que não exibiu retração na produção. Segundo a CONAB, as lavouras

da porção sul do estado apresentaram incremento de 10% na colheita comparando-se as safras 2015/16 e 2016/17. A variação negativa atingiu todos os demais principais produtores contabilizando -23,3% para o Espírito Santo e -5,6% para Rondônia no mesmo período considerado. No balanço nacional da produção o decréscimo apontado pela companhia foi da ordem de 16%.

Alguns cafeicultores capixabas, diante dos efeitos sobre suas lavouras da anomalia climática, já se programam renovar seus talhões de mais baixa produtividade (plântio de sementes), pelas variedades clonais de alto rendimento. O anúncio, por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN), de incremento dos recursos destinados ao financiamento de renovação de lavouras mostra-se decisão acertadíssima.

⁴ Este relatório toma por base as estimativas contidas no:

Quarterly Report, Quarter 2 2016, NKG Statistical Unit Ltd. 15p. (mimeo).

⁵ As estimativas da CONAB para as safras de conilon de 2015/16 e 2016/17 no Brasil foram de 11,9 e 9,4 milhões de sacas respectivamente. Informação disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_06_10_15_13_24_boletim_cafe_-_maio_2016.pdf Acesso em 19/09/2016.³

Efeito acessório da prolongada estiagem nas lavouras de conilon capixabas, consiste na diminuição do tamanho (peneira) e incremento dos defeitos (má formação) dos grãos. Ambos acarretam perda de qualidade que embora não seja de estrita exigência no mercado do conilon compromete a formação de suas cotações.

O cenário até aqui construído refletiu-se nas cotações do produto sistematizadas por duas bases de dados brasileiras. As variações percentuais a seis, doze e vinte quatro meses referenciados em agosto de 2016 supera em muito a evolução de qualquer índice inflacionário que queira cotejar, demonstrando efetivamente que o segmento enfrenta restrições no fluxo de suprimento (Tabela 1).

Essa alavancagem nas cotações fez descolar os

TABELA 1 – Cotações CEPEA/USP* e CCCV/ES, café conilon, Brasil, agosto de 2016**

Item	CEPEA		CCCV	
	R\$/sc	Variação %	R\$/sc	Variação %
No mês (ago./2016)	422,87	-	413,83	-
Há seis meses	393,61	7,43	380,11	8,87
Há doze meses	340,81	24,08	332,35	24,52
Há vinte quatro meses	250,55	68,78	241,40	71,43

* tipo 6, peneira 13 com 86 defeitos.

** tipo 7, 10% broca e até 13% de umidade.

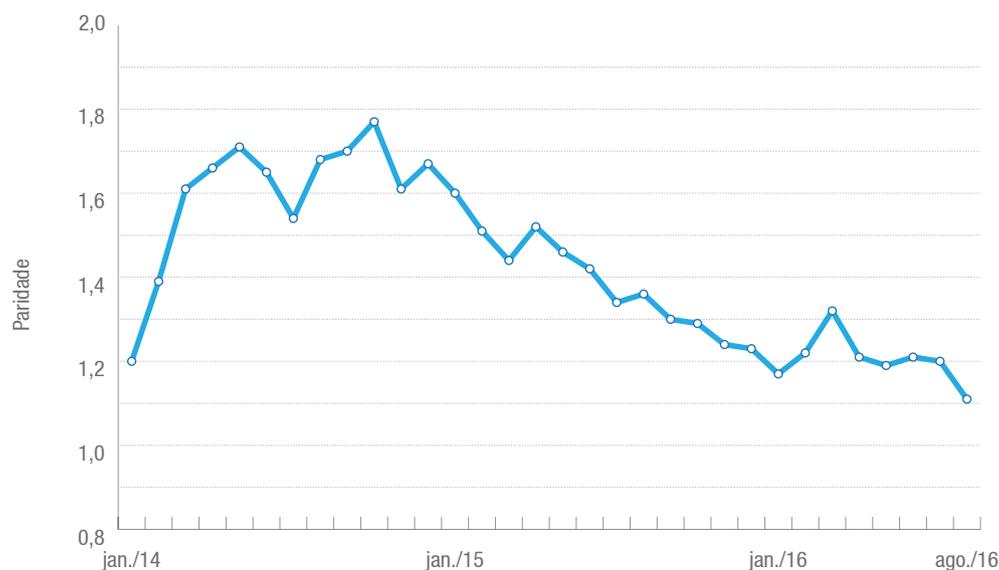
Fonte: Elaborado a partir de dados básicos disponíveis em www.cepea.usp.br e www.cccv.org.br

preços do produto brasileiro frente ao produto vietnamita negociado na Bolsa de Londres. Frente às atuais cotações no Brasil, o ágio supera os 20%, subtraindo completamente a competitividade do produto nacional. Essa condição reflete-se no desempenho da indústria de solúvel que di-

ficilmente avançará no *market share* mundial.

Face a esse avanço nas cotações do conilon e diante da progressiva corrosão da competitividade das torrefadoras e solubilizadoras, os industriais desses segmentos iniciaram movimento de mudança do *blend* que compõe as ligas de

GRÁFICO 2 – Paridade entre as cotações CEPEA/conilon e arábica/IEA*, jan.14 a ago.16



* tipo 6 bebida dura secagem natural - preço mensal recebido pelos cafeicultores em São Paulo.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos de www.cepea.usp.br e www.iea.sp.gov.br

⁶ Idem relatório citado na nota 4. As quantidades produzidas por estado e região são mencionadas na página 94 do relatório.

⁷ Em sua reunião de 14/08/2016, os conselheiros do CMN elevaram de R\$20 para R\$30 milhões os recursos para financiamento da renovação de lavouras. CNC, Boletim Semanal – 12 a 16/09/2016. Disponível em: www.cnc.org.br

⁸ Dados compilados dos relatórios mensais do CECAFÉ. Disponível em: www.cecafe.com.br

seus produtos comerciais. Arábicas de bebida riada e rio tem sido demandados pelo mercado em substituição do escasso e caro conilon nas ligas. O cálculo da paridade entre cotações do conilon e do arábica evidencia que o ritmo de avanços de preços do primeiro superou o do segundo, alcançando, em agosto de 2016, quase a paridade de 1:1 (Gráfico 2).

Frente ao estresse no suprimento de conilon, esperava-se que as cotações do arábica seriam catapultadas. Todavia, a conjunção de dois fatores mantiveram a evolução das cotações do arábica menos pressionadas. Em primeiro lugar, destaca-se a formidável safra colhida estimada que, a depender da fonte, situou-se entre 40 e 43 milhões de sacas. Em segundo, as constantes precipitações que incidiram sobre os principais cinturões produtores que induziu fermentações indesejadas e incremento da queda ao chão de cerejas maduras. Ambos tipos de grãos redundam em bebida de qualidade inferior, porém suficiente ainda para substituir o conilon no *blend*.

O comércio exterior de conilon sofrerá forte revés em 2016. Após quatro seguidos anos de incremento dos embarques, em 2016, constata-se severa redução nas transações internacionais do produto. Entre janeiro e agosto do corrente ano foram exportadas 498,6 mil sacas, gerando faturamento de US\$55,13 milhões no período. Comparativamente, em 2015, a quantidade enviada ao exterior somou 4,21 milhões de sacas, representando faturamento bruto de US\$467 milhões. Tal redução do comércio de conilon em 2016, impactará a balança comercial do agronegócio café do Brasil que, ainda que se elevem as cotações no curto prazo, dificilmente repetirá o montante apurado no ano anterior, quando se obteve US\$6,13 bilhões.

Essa derrocada pode ser melhor contemplada analisando-se a movimentação de contêineres nos terminais de embarque. Em 2012, 2,99 mil contêineres foram empregados para transporte de café conilon, elevando-se para 9,66 mil em 2014 e atingindo 11,9 mil em 2015. Em 2016 há o retro-

cesso que pode trazer de volta a demanda de contêineres para patamares similares aos observados em 2012 (Tabela 2).

Em termos prospectivos, não se escorrega para o exagero, imaginar cenário em que as atuais condições de suprimento estarão pioradas. Tal hipótese se ampara na fase recessiva do ciclo bienal e baixo potencial produtivo das lavouras de conilon já constatadas ao princípio da nova safra (2017/18). Ademais, a maior parte dos estoques de passagem (público e privados) foram e estão sendo mobilizados para atender a demanda, encontrando-se em posição crítica. Os agentes econômicos do agronegócio café podem tirar bom proveito caso antecipem suas aquisições através do emprego de derivativos financeiros, não apenas para acessar matéria prima, mas, sobretudo, preservar a viabilidade econômica de seu negócio. ☹️

TABELA 2 – Exportação Brasileira de Conilon por Tipo de Acondicionamento e Total, 2010 a ago./2016

Ano	Sacas	Granel	Outras vias	TOTAL (sc)	Contêineres (no)
2012	495.707	491.714	157.836	1.145.257	2.992
2013	555.201	504.315	249.146	1.308.855	3.316
2014	1.239.262	1.546.474	666.119	3.451.855	9.665
2015	1.187.634	2.267.584	758.735	4.213.953	11.933
2016*	305.812	95.525	97.260	498.597	1.426

Fonte: Tabulação especial do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFE).

Lavoura de conilon, Espírito Santo



CRÉDITOS: EDINILSON PIMENTA



Lavoura de conilon, Águia Branca/ES



China, economia de mercado?

A Camex deveria examinar o assunto tendo em vista a nossa defesa comercial

22



Rubens Barbosa, é Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da FIESP

Da forma mais discreta possível, autoridades da área comercial de todos os países-membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) estão discutindo um tema tecnicamente delicado, que poderá ter desdobramentos políticos a partir de 2017: a China seria, de fato, uma economia de mercado?

O Protocolo de Acesso da China à OMC, assinado em dezembro de 2001, dispõe sobre as obrigações que permitem o ingresso do país no siste-

ma multilateral do comércio. As modificações a que, para isso, o governo chinês deveria proceder, previstas pelo protocolo, englobam obrigações relativas a câmbio, subsídios, transparência das medidas, políticas de controle de preços, tratamento concedido a empresas comerciais estatais, direito ao comércio e investimentos, entre outras. A OMC, por esse documento, decidiu que o país asiático não seria tratado como economia de mercado até dezembro de 2016. A China, no entanto, considera que depois dessa data, de forma automática, não mais poderá ser vista como uma economia em transição e que ao país deverão ser aplicadas as regras vigentes a todas as economias de mercado.

A questão não é simples porque as organizações inter-

nacionais e países-membros da OMC diferem quanto ao conceito de economia de mercado. No Brasil, a avaliação sobre economia de mercado está regulada pela Circular 59/2001, que em seu artigo 3.º estabelece que, para avaliação da existência de condições de economia de mercado, serão observados, entre outros itens, o grau de controle governamental sobre as empresas ou sobre os meios de produção; o nível de controle estatal sobre a alocação de recursos, preços e decisões de produção de empresas; a legislação aplicável em matéria de propriedade, investimento, tributação e falência; o grau em que os salários são determinados livremente em negociações entre empregadores e empregados; o grau em que persistem distorções herdadas do sistema de econo-



mia centralizada relativas a, entre outros aspectos, amortização dos ativos, outras deduções do ativo, trocas diretas de bens e pagamentos sob a forma de compensação de dívidas, além do nível de interferência estatal sobre operações de câmbio.

Quais as consequências do reconhecimento da China como economia de mercado? Do ponto de vista das empresas, o principal efeito será sobre o método de cálculo para a aplicação de medidas de defesa comercial em relação a *dumping* ou subsídios. E também pela possibilidade de continuar a utilizar salvaguardas para conter o rápido aumento de importações.

Caso algum país reconheça a China como economia de mercado, haverá a obrigatoriedade da utilização dos preços praticados no mercado interno chinês para o cálculo da margem de *dumping*. Em face de distorções existentes no mercado interno chinês, o resultado poderão ser margens de *dumping* menores e mesmo a perda da eficácia da medida antidumping. O reconhecimento também implicaria dificuldades na superação de desafios relacionados a eventuais desalinhamentos cambiais (em razão do controle da taxa de câmbio pela China) e subsídios fornecidos pelo governo chinês a setores econômicos específicos, por exemplo. Levando em conta as distorções existentes no

mercado chinês, o resultado prático tenderá à fixação de margens de *dumping* menores ou mesmo negativas, o que impossibilitaria a aplicação da medida antidumping.

Alternativamente, se um país não reconhecer a China como economia de mercado, será preservado, mesmo após dezembro de 2016, o recurso à metodologia aplicada hoje em relação à apuração de margens de *dumping*, visto que os preços praticados internamente podem ser descartados em razão de sua artificialidade. Em seu lugar seriam usados valores alternativos, tal como o preço de venda em economias realmente de mercado (exemplo: Alemanha), o que permitiria o estabelecimento de margens mais elevadas de *dumping*. Também continuariam a ser aplicadas, após consulta bilateral, salvaguardas pelo tempo necessário para prevenir ou conter importações em quantidade ou sob condições que causem ou ameacem causar distorções no mercado doméstico do país de destino.

Em 2004 o Brasil assinou o Memorando de Entendimento com a República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Comércio e de Investimento, reconhecendo a China como economia de mercado. Em mais um exemplo da maneira equivocada como agia o lulopetismo, o memorando não entrou em vigor porque até hoje não foi oficial-

mente internalizado por ato do Executivo.

Na última reunião do G-20, em Xangai, e mais recentemente por correspondência de altos funcionários chineses, as autoridades brasileiras receberam uma clara mensagem: a China espera que seja mantido o compromisso do memorando de 2004.

O setor privado brasileiro está dividido, mas a maioria das associações empresariais tem-se manifestado contrária ao reconhecimento do novo status da China pelas consequências negativas sobre a preservação de seus interesses comerciais.

O assunto está em consideração pelo governo brasileiro, que deve dar uma orientação para as empresas que se sintam prejudicadas pela agressiva ação comercial chinesa. Tendo em vista o prazo até dezembro, não há urgência na definição da posição oficial. Melhor fariam as autoridades competentes se seguissem a atitude da Europa e dos EUA no sentido de evitar uma definição pública sobre a questão mesmo depois de dezembro. Não seria adequado fixar agora as diretrizes de governo por decreto ou outra medida burocrática, nem desenvolver uma nova metodologia para o cálculo de margens de *dumping*.

A Câmara de Comércio Exterior (Camex), em seu novo formato, vinculada à Presidência da República, deveria examinar o assunto e decidir sobre a política a ser seguida tendo em vista, sobretudo, a nossa defesa comercial. ☹️



OIC realiza o fórum “Desafios e Responsabilidade no Café”

Durante o ciclo de reuniões do Conselho Deliberativo da OIC, que antecede o ano convênio, 1º de outubro a 30 de setembro, a Organização promoveu o 6º Fórum cafeeiro, subdividido em 5 painéis nos quais o Brasil foi representado por quatro painelistas e seu setor cafeeiro foi objeto de discussão ou citado como exemplo em quase todos os painéis.

O primeiro painel – “Enfrentando desafios em países produtores de café” – teve o Deputado Carlos Melles como primeiro apresentador, fazendo um paralelo interessante sobre o papel da OIC no período em que as cotas existiam e depois delas. Melles enfatizou de várias maneiras a necessidade de se ter preços remuneradores para o produtor e os desafios de fazê-lo em um ambiente de livre mercado. O deputado aproveitou ainda sua larga experiência em diversas áreas do setor cafeeiro para compartilhar suas preocupações também com os desafios que a OIC enfrenta neste momento em que está fazendo uma revisão estratégica.

O consultor independente e sócio da P&A, Carlos Brando (foto) falou em seguida neste mesmo painel, apresentando cinco desafios para que o Brasil continue ganhando mercado, a exemplo do que vem fazendo desde o fim das cotas do Acordo Internacional do Café da OIC: adaptação e resiliência a mudanças climáticas; mecanização da colheita e de outras atividades em áreas de montanha; aumento da eficiência dos serviços de extensão para apoiar pequenos produtores e implantar boas práticas de agricultura sustentá-

vel; mais recursos para a pesquisa com foco nos desafios primeiros dois desafios acima; e marketing e agregação de valor.

Brando descreveu brevemente tais desafios e acrescentou que a maneira como vem sendo enfrentados já contém lições para outros países, embora as principais lições que o Brasil pode compartilhar referem-se à maneira como efetuou três importantes “revoluções” em sua cafeicultura nas últimas duas décadas: produtividade, sustentabilidade e qualidade.

Os desafios na América Central, Ásia e África foram abordados por representantes de El Salvador e Vietnã e pelo secretário executivo da Organização Interafricana do Café, respectivamente.

O painel sobre “Preços internacionais” questionou se o Contrato “C” da Bolsa de Nova Iorque hoje reflete os movimentos fundamentais de oferta e demanda que afetam o produtor de café. Além do brasileiro Rodrigo Correa da Costa, da SG Americas Securities, o painel incluiu os CEOs da Sucafina, Nicolas Tamari, e da Associação Americana de Cafés Especiais (SCAA), Ric Rhinehart. A própria origem e as funções dos painelistas se constituem em boa indicação dos debates e polêmica sobre o tema em cujos extremos se encontram os cafés comerciais e especiais.

A inclusão dos cafés cereja descascado e lavados brasileiros no Contrato “C” foi motivo de discussão que acabou gerando perguntas sobre a oportunidade de se incluir os cafés naturais brasileiros talvez com um contrato específico. A palavra definitiva sobre o tema veio do Rodrigo Costa que alertou sobre a importância de incluir cafés na bolsa de Nova Iorque com diferenciais que reflitam as reais condições e preços de mercado sob pena do contrato se tornar inócuo, isto é, não ser usado. Sobre o caso específico dos cafés naturais brasileiros, Rodrigo lembrou o papel dos contratos da BM&FBovespa cuja utilização pode e deve ser mais intensa.

afios Globais Setor Café”

Outro painel em que exemplos brasileiros tiveram papel relevante foi o que versou sobre “Mecanismos financeiros para produtores de café”. Dois especialistas na área de financiamento de pequenos cafeicultores e um trader inglês discorreram sobre as dificuldades encontradas em vários países, com ênfase na falta de garantias que resulta tanto de instrumentos jurídicos ineficazes como da ausência de documentos – escrituras – que comprovem a posse da terra em muitos países ou áreas de alguns países. Se por um lado a falta de garantias inibe a oferta de financiamento, por outro lado favorece ou mesmo incentiva a inadimplência.

O brasileiro Mauricio Ribeiro do Valle, da Cooxupé, destacou-se neste painel ao descrever como sua cooperativa fixa preços no mercado futuro para então oferecer aos cooperados programas de troca de café por insumos e equipamentos que se alongam por dois ou três anos. Em resposta à pergunta sobre garantias, Mauricio disse que a Cooxupé considera o histórico do relacionamento do membro com a cooperativa e, muito importante, limita seu crédito a uma porcentagem pequena de sua produção, estimada pelos agrônomos da própria cooperativa. Mauricio enfatizou também a necessidade de distinguir claramente as diferentes relações contratuais que envolvem os participantes das trocas não confundindo a condição de cooperado e sócio com as de tomador de empréstimo e, eventualmente, de réu por não pagamento.

O Fórum sobre Financiamento vem ganhando a cada edição um sentido mais prático, com apresentação de propostas concretas. Entretanto fica cada vez mais evidente que o financiamento do pequeno cafeicultor, crítico para sua sustentabilidade, está frequentemente mais ligado à criação de arranjos institucionais e legais específicos, como por exemplo aqueles que garantem quem concede os empréstimos, do que à própria disponibilidade de recursos. ☺



Carlos Melles, Silas Brasileiro, Sávio Pereira,
Nelson Carvalhaes e Carlos Brando

Robério Silva é reconduzido ao cargo de Diretor Executivo da OIC



O brasileiro Robério Silva, durante o ciclo de reuniões do Conselho Deliberativo da Organização Internacional do Café, no período de 20 a 24 de setembro, foi reconduzido ao cargo de Diretor Executivo da Organização, que vinha desempenhando desde setembro de 2011, para um mandato de dois anos e meio, com duração, portanto, até março de 2019. Segundo Silva, “a recondução significa que os países membros, produtores e consumidores de café, apoiaram o processo de revisão estratégica da OIC e me confiaram a tarefa de implementá-lo para colocar a entidade no centro dos debates sobre o mercado internacional do café. Cumprimentos ao trabalho desenvolvido pelo Embaixador brasileiro junto à OIC, Hermano Telles Ribeiro.



A cassação de Dilma, o amor ao emprego público e a estadolatria brasileira

Julgamento da petista explicitou a “Estado-dependência” dos políticos. Não ocorreu a ninguém que Dilma pudesse trabalhar na iniciativa privada. Senadora Kátia Abreu disse achar pouco uma aposentadoria de R\$ 5.000. Se fosse inabilitada, lamentou Lewandowski, Dilma não poderia exercer.....nem a função “professor” ou “de uma merendeira de um grupo escolar”



A cassação de Dilma Rousseff no último dia 31 de agosto produziu muita polêmica por causa do fatiamento da pena. A petista perdeu o cargo de presidente da República. Mas os senadores não quiseram inabilitá-la para o serviço público.

Imediatamente formou-se uma polêmica. A Constituição teria sido interpretada de maneira equivocada. O parágrafo único do artigo 52 determina que o Senado tem competência para processar e julgar o presidente “limitando-se a condenação (...) à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função

pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis”.

Alguns se apegam à preposição “com” na frase acima. Se é “perda do cargo, com inabilitação...” essas duas penas só podem ser aplicadas juntas.

Outros acham que a expressão inicial do parágrafo citado –“limitando-se a condenação”– indica que há um teto para a pena. Se existe um limite máximo, há de haver também um mínimo. Isso significaria que, como em todos os julgamentos, seria possível ao Senado dosar a punição.

Essa polêmica será dirimida pelo Supremo Tribunal Federal. O STF já recebeu uma dezena de ações contestando a decisão do Senado no julgamento de Dilma Rousseff.

O assunto deste post é outro.

Trata-se do raro momento em que emergiu como uma aurora boreal, silenciosa, um traço da cultura nacional. Foi na discussão sobre se Dilma poderia ou não ter um emprego público. A estadolatria então mostrou sua cara. Deu para entender um pouco porque esse culto ao Estado é tão disseminado no coração dos políticos e dos brasileiros em geral.

Durante a análise da decisão sobre inabilitar ou não Dilma Rousseff, ninguém se lembrou de falar ou de perguntar, com ênfase: “Por que a petista, se inabilitada para o serviço público, não poderia tentar a vida na iniciativa privada? Por que não abrir um negócio próprio? Por que não pedir emprego em uma universidade privada?”.

Ao contrário, os discursos foram todos de comiseração extremada pela iminência do que seria a dura realidade para Dilma no caso da inabilitação para o serviço público.

Coube ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, alertar os senadores sobre a severa punição [sic] que poderia ser aplicada à então presidente afastada. O magistrado detalhou o opróbio que a petista enfrentaria se perdesse o direito de trabalhar para governos:

“[A pena] inabilita o condenado ou a condenada ao exercício de qualquer função pú-

blica –de professor, de servidor de uma prefeitura, enfim, até de uma merendeira de um grupo escolar”.

Fez-se silêncio no plenário do Senado.

“Mas não poderá nem ser merendeira?”, autoindagavam-se os senadores. Lewandowski apressou-se em matizar o que acabara de dizer: “Mas não quero, não estou, absolutamente, induzindo, nem poderia fazê-lo. Repito: tenho a minha opinião pessoal. Eu a manifestarei, no momento apropriado, se for instado”. Nem precisou.

Renan Calheiros falou: “Não é da Constituição inabilitar a presidente da República como consequência do seu afastamento. Não! Essa decisão terá que ser tomada aqui, pelo plenário do Senado Federal. E, no Nordeste, costumam dizer uma coisa com a qual eu não concordo: ‘Além da queda, coice’. Nós não podemos deixar de julgar, nós temos que julgar, mas nós não podemos ser maus, desumanos”.

A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO), que fez carreira no meio ruralista como adversária do PT e tornou-se uma dilmista tardia, deu mais argumentos para os colegas fazendo um apelo bem específico:

“Peço aos nossos colegas que não apliquem essa pena de inabilitação pela honestidade, pela idoneidade, independentemente de erros que alguns concordam que ela tenha cometido. Eu, particularmente, discordo. Acho a presidente uma pessoa correta e que não cometeu esses erros. Mas é uma pessoa que, com certeza, deverá ser convidada para dar aulas em universidades; poderá ser convidada por algum político, por algum governo, por algum Estado, para prestar essa consultoria”.

Aí Kátia Abreu apelou para o bolso dos senadores. Para o estilo de vida que cada 1 deles leva. Para o custo que tudo isso tem. De maneira indireta, convidou-os a refletir:

“A presidente Dilma me autorizou a dizer que já fez as contas da sua aposentadoria. Pelo fator previdenciário. Ela tem 68 anos de idade. Com 34 anos de contribuição, ela alcança a pontuação de 104. Com 85, ela já se aposentaria; e vai se aposentar com cerca de R\$5.000. Então, a presidente Dilma precisa continuar trabalhando para poder suprir as suas necessidades”.

A frase “vai se aposentar com cerca de R\$ 5.000” soou como “vai ganhar essa merreca, só 5.000 reais”.

Apenas para lembrar, o salário médio dos trabalhadores brasileiros da iniciativa privada com Carteira de Trabalho assinada (exceto trabalhadores domésticos) é de R\$ 1.889 por mês. Para os funcionários públicos na ativa, o estipêndio médio mensal é de R\$ 3.159. Os dados são do IBGE.

Muito em breve, se o STF não vetar a decisão do Senado, Dilma Rousseff estará em algum emprego público “convidada por algum político, por algum governo, por algum Estado” para “prestar consultoria”, como disse Kátia Abreu.

Até aí, tudo dentro da lógica da política e do Estado no Brasil. Aliás, nada contra Dilma Rousseff trabalhar onde bem entender, tanto na iniciativa privada como no serviço público. Não há aqui nenhuma intenção de defender a tese do Estado mínimo.

O ponto aqui é outro. Trata-se de demonstrar como o Brasil está “*hard wired*” para enxergar o Estado no centro do universo. A estadolatria é antiga no país. Aqui, como já disse o sociólogo, “o Estado nasceu antes da sociedade”. É uma anomalia com a qual convivemos, historicamente. Por essa razão é difícil imaginar que será o Congresso que deu a Dilma o direito de “prestar consultoria” a uma prefeitura será o mesmo Congresso que votará a favor de reformas para modernizar a economia.

Os fortes interesses das corporações são muito bem representados pelos políticos. O julgamento do impeachment não deixou dúvidas quanto a isso. 

Fernando Rodrigues,
jornalista,
fez mestrado em
jornalismo internacional
na City University, em
Londres, e mantém uma
página de política no UOL



Marcos Matos é o novo Diretor Geral do CECAFÉ

Marcos Antonio Matos assume a Diretoria Geral do CECAFÉ. Formado em engenharia agrônoma e com mestrado em agronomia, ambos pela ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP, atuava anteriormente como diretor executivo na Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (ABAG/RP). Com ampla experiência em relações institucionais, gerenciamento de projetos e desenvolvimento de estudos econômicos, Marcos tem como desafio manter a entidade como referência, representando e promovendo o setor exportador de café no âmbito nacional e internacional, adicionando valor ao segmento e, conseqüentemente, aos cafés do Brasil.

Antes de chegar à ABAG/RP Marcos Matos atuava na FGV Projetos e na empresa de consultoria 4I.Green como responsável pela gestão de trabalhos internacionais, onde participou, por exemplo, do Programa Prosavana, voltado para o desenvolvimento agrícola de Moçambique.

O novo diretor do CECAFÉ atuou também na gerência de apoio ao desenvolvimento em mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), foi coordenador de produto e registro na Bayer CropScience e coordenador de relações institucionais e sustentabilidade da Bunge Brasil. Foi ainda representante da OCB na Câmara Temática de Insumos Agropecuários e nas Câmaras Setoriais da Soja e Agricultura Sustentável, junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Da mesma forma, representou a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef) nas Câmaras Setoriais da Soja, Açúcar e Álcool, Biodiesel, Milho e Sorgo, Hortaliças e Flores e Plantas Ornamentais.

Para a Revista do Café, Marcos Matos declarou:

“

É uma honra ocupar o cargo de Diretor Geral do CECAFÉ pela profunda admiração que tenho por essa entidade, responsável pelo fortalecimento e promoção do setor exportador de café do Brasil. Trata-se de um feliz desafio frente ao aumento do consumo mundial de café. Nesse contexto, o Brasil, maior produtor e exportador do produto, e segundo maior consumidor, por meio de parcerias e ações coordenadas, estará preparado para atender as demandas globais de café, demonstrando a qualidade de seu produto e a sustentabilidade em suas ações

Cecafé

”

;D

TRANSFORMAÇÃO.
ESSA É A NOSSA
cultura.



O Sesc entende que a cultura transforma o indivíduo e a sociedade, proporcionando novas formas de agir e de pensar que possibilitam a construção da cidadania e de uma nova visão de mundo.

Sempre atento às novas formas de expressão artística, o Sesc incentiva a produção e a difusão culturais com o intuito de aproximar pessoas de todos os segmentos sociais da arte, contribuindo para a formação de público.

Por isso, entre outros projetos, atuamos como parceiros na curadoria da FITA (Festa Internacional de Teatro de Angra) e realizadores do Festival Sesc de Inverno, maior evento cultural multilinguagem do Brasil, que completou 15 anos em 2016.



Saiba mais em
www.sescrj.org.br e
vem viver o Sesc!



Erbs Jr.



Erbs Jr.



Novo Código Florestal: Café brasileiro no caminho certo

O tema sustentabilidade é cada vez mais importante em qualquer setor econômico do país. Para o mercado agrícola o cenário não é diferente. Em tempos onde a população mundial cresce exponencialmente, a necessidade de ampliar a produção de alimentos segue no mesmo ritmo e, neste sentido, é fundamental que os processos produtivos agrícolas sejam cada vez mais eficientes e sustentáveis, garantindo assim o abastecimento sem impactos para o meio ambiente.

Neste contexto de sustentabilidade, um tema que vem ganhando repercussão dentro do Brasil é o Novo Código Florestal. Homologado em 2012 e em implementação no país, define novas fronteiras para a atividade agropecuária o Brasil, pois incorpora a atividade de plantio de árvores e recuperação de áreas degradadas como instrumento de desenvolvimento agrícola e socioeconômico do Brasil.

O Código é um ativo que nos ajuda a restabelecer florestas e permite que estas exerçam sua função como mantenedora de recursos na-

turais, biológicos e de biodiversidade. Sua implementação é importante e agregará ainda mais às ações já realizadas pelo setor da agricultura nacional, que há anos trabalha na busca incessante por inovações e tecnologias que permitam desenvolver processos produtivos mais eficientes e sustentáveis.

Sabemos que preservar e recuperar nossas florestas sem comprometer a produção é um desafio no começo, mas é o caminho para produzirmos de forma sustentável, resultando em benefícios não só para o país, mas para toda a cadeia agrícola a longo prazo. Para a cafeicultura, a sustentabilidade também representa maior valor agregado ao café, assim como o aumento na qualidade do produto.

Além da obrigação legal, manter as áreas de preservação permanente ajuda a preservar os recursos hídricos e o equilíbrio ecológico da região. Para manter os percentuais de Reservas Legais correspondentes à localização da sua propriedade, o produtor pode recuperar parte da área de reserva legal com espécies de

árvores com valor comercial intercalando-as com sua produção. Se levarmos em conta que a sustentabilidade significa, literalmente, continuidade, a exploração econômica de áreas de reserva legal, mediante manejo sustentável, está em linha com o que pretendemos alcançar.

Um exemplo de que o setor agrícola nacional já vem se transformando positivamente ao longo do tempo é a produção de café brasileira, que hoje, segundo a UTZ (maior certificadora de *commodities* do mundo), é a que produz o maior volume de café sustentável no mundo.

Para chegar a esse nível, os investimentos que a cafeicultura brasileira faz em pesquisa e desenvolvimento permitiram evoluir a largos passos em processos como a redução do espaçamento na plantação, criação de novas variedades de café e melhorias das técnicas de adubação, manejos do solo e poda.

Além do aumento da produtividade e da redução da área plantada, as boas práticas adotadas foram importantes na redução do uso dos recursos

hídricos. Atualmente, segundo dados da Fundação Procafé, a cafeicultura brasileira utiliza um nível muito baixo de água: cerca de mil litros por hectare/ano em média em uma produção padrão de café. Para se ter uma ideia, apenas 270 mil hectares de terra utilizam o recurso natural em seus processos de irrigação (grande parte na complementar), número irrelevante se considerarmos que o país possui 2,7 milhões de hectares trabalhando com o café.

O desenvolvimento de novas variedades de café, tais como Acauã e Asa Branca, por exemplo, também merece destaque. Além de permitir o aumento da produtividade, também cria mais resistência às pragas, reduzindo a necessidade de uso de agrotóxicos e, por consequência, os impactos na natureza e no próprio café.

Existem ainda programas como o Certifica Minas, iniciativa pública de Minas Gerais que visa a promoção das boas práticas de produção do Café, bem como o Programa Produtor Informado, realizado pelo Cecafé em parceria com a Plataforma Global do Café que, além de levar orientação básica de informática, também atua na disseminação das técnicas de produção eficientes e sustentáveis para os pequenos produtores que não possuem acesso à informação.

O consumidor final está cada vez mais exigente e quer saber a origem dos produtos que consome e, neste sentido, uma inovação de grande importância do Código é o CAR, cadastro ambiental rural, que na prática é o mapa digital georreferenciado da produção agrícola brasileira.

Do ponto de vista territorial, o cadastro permite a gestão da cadeia de fornecimento do café e é capaz de trazer segurança para os compradores no que diz respeito à rastreabilidade, pois com ele é possível entender a localização das propriedades e o que está acontecendo dentro de seus limites.

A adoção do CAR permitirá um controle ainda mais eficiente da produção, garantindo a qualidade e a sustentabilidade dos processos produtivos e do próprio café brasileiro, mantendo o alto nível de competitividade em um mundo globalizado. Certamente, quem adotar sistemas de rastreabilidade dará um passo à frente, oferecendo ainda mais segurança e credibilidade para seus clientes.

Considerando todos esses pontos, sem dúvida temos a convicção de que o setor agrícola brasileiro está no caminho certo para um futuro cada vez mais produtivo e sustentável. Agora é hora de seguir em frente! ☺



CAR

CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Marjorie Miranda, é Coordenadora dos programas de Responsabilidade Social e Sustentabilidade do CECAFÉ





UM PAÍS CONFUSO

Elites dominantes egoicas, pusilânimes, irresponsáveis e capazes de vulnerar a Constituição para acomodar os seus interesses escusos.

A confusão não nos vem do povo, paciente e trabalhador, apesar dos acintes, sofrimentos, injustiças, a que vem sendo submetido desde priscas eras, mas das suas elites dominantes, egoicas, pusilânimes, irresponsáveis e capazes de vulnerar a Constituição para acomodar os seus interesses escusos.

Foi o que se viu nesta semana conturbada. Inacreditavelmente,

um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e o presidente do Senado da República não titubearam em dividir um dispositivo constitucional uno, íntegro, incapaz de ser dividido pela lógica jurídica mais simples.

A pena aplicável a quem sofre o impeachment, seja presidente da República ou ministros do Supremo Tribunal Federal, sujeitos à mesma reprimenda, conforme dispõe a nossa Constituição, é a seguinte: perda da função pública e imediata inabilitação para exercer quaisquer outras funções públicas pelo prazo de oito anos.

No fundo desta questão juris reside uma pergunta elemental: trata-se de uma pena única ou de duas penas apartadas? Para ilustrar o nosso pensamento, imaginem o contrário do que ocorreu. Em verdade verdadeira, entendeu-se que as penas aplicáveis à presidente deposta eram autônomas, em vez de cumulativas, formando um todo, ou seja, cassação do mandato por crime de responsabilidade e inabilitação para exercer cargo público qualquer por oito anos, conforme dita expressamente a Constituição, cujos dispositivos logo mais à frente daremos à estampa.

Imaginem o seguinte: se as penas são alternativas, se uma pode ser aplicada independentemente da outra, bem poderia o Senado da República manter a presidente no cargo mais declarando-a inabilitada para exercer quaisquer funções públicas? Isso faz sentido na sua cabeça, caro leitor? Apenas inverti a pretensa lógica que prevaleceu no Senado da República. A presidente foi declarada culpada por crime de responsabilidade, tornando-se assim uma criminosa, mas capaz de exercer qualquer outro cargo público de livre nomeação, como, por exemplo, a de secretária de estado ou de prefeita.

Mais, afinal de contas, não foi o Supremo Tribunal Federal que declarou que o rito a ser seguido e a pena a ser imposta seria os mesmos do impeachment do ex-presidente Fernando Collor?

É de se notar que não se atribuiu a ele nenhum crime de responsabilidade, senão falta de decoro para o exercício da Presidência da República (foram-lhe atribuídos crimes comuns, diversos, mal tipificados) que feria a dignidade do mais alto cargo de presidente da República.

Embora ele tenha renunciado, cassaram-lhe um mandato que já não existia, e de sobredobro cassaram-lhe os direitos políticos por oito anos. Dos crimes comuns foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal. Naquela época, Renan Calheiros, seu íntimo amigo, não titubeou em ser cruel, mau, perverso. Desta vez, pretextando que devíamos ser bons, não devíamos ser maus, como se a questão fosse de moral e não de aplicação impessoal da Constituição da República, apoiou a cisão de

um dispositivo constitucional indivisível.

O corolário lógico de quem é destituído da Presidência por crime de responsabilidade é a pena de inabilitação para o exercício de quaisquer funções públicas. De que adianta condenar alguém por homicídio doloso e, apesar disso, deixá-lo solto? Faz sentido? O que se preserva com a prisão é que outras vidas não venham a ser ceifadas. No caso da presidente irresponsável e trapalhona, é não deixá-la fazer outras trapalhadas, daí a inabilitação.

Reza a Constituição, no artigo 52, que compete privativamente ao Senado Federal: 1) processar e julgar o presidente e o vice-presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os ministros de Estado e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e nos crimes da mesma natureza conexos com aquele; 2) processar e julgar os ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o procurador-geral da República e o advogado-geral da União nos crimes de responsabilidade.

(...)

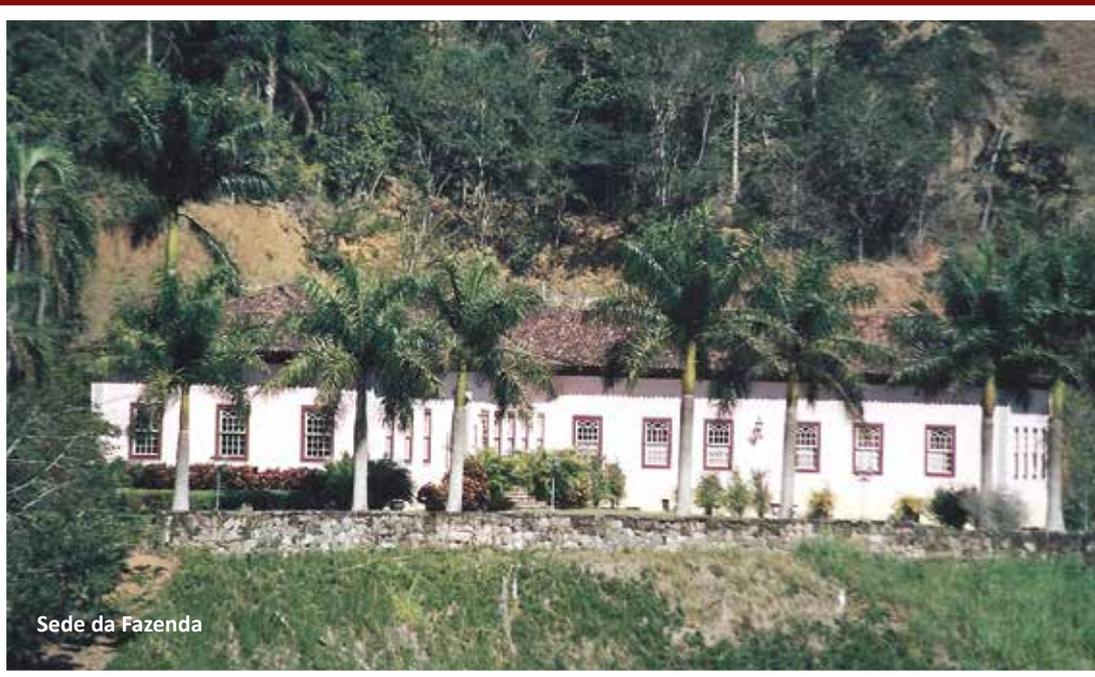
Parágrafo Único: nos casos previstos nos incisos 1 e 2, funciona como presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis. Vale dizer não se prende o presidente ou aqueles outros



por crime de responsabilidade, apenas serão inabilitados. Como é que se pode conceber o absurdo jurídico de cindir um dispositivo da nossa Constituição que fala em perda do cargo com inabilitação por oito anos de função pública? Esse “com” junta a perda do cargo à inabilitação. Claro como a luz do sol. Só cabeças tomadas pela escuridão mental podem conceber e perpetrar esse crime de responsabilidade interpretativa em desfavor da Constituição da República, da nação e do povo. ☹️

Sacha Calmon, advogado tributarista, um estudioso de todas as religiões e mitos e um apaixonado fã de cinema, música, arte e do América.





Fazenda da Cachoeira

Uma minicidade industrial

36

Prof.^a Leila Vilela Alegrio

Não seria possível começar a trajetória da Fazenda da Cachoeira sem mencionar aquele que iniciou ali a plantação dos primeiros pés de café. O pioneiro naquelas terras foi Francisco José Teixeira Leite, futuro barão de Vassouras, que chegou à região no primeiro quartel do século XIX. Ele era um dos muitos filhos do primeiro barão de Itambé, Francisco José Teixeira, de importante família mineira, que mais tarde se espalhou por todo o Vale do Paraíba. Francisco José Teixeira Leite casou-se em primeira núpcias com dona Maria Esméria Candida Teixeira Leite, que faleceu em 1850, deixando o viúvo e sete filhos.

O inventário *post-mortem* de dona Maria Esméria nos permite ter ideia precisa de quem foi Francisco José Teixeira Leite. Em uma petição ao juiz, ele solicitou licença para vender a fazenda por não ter “vocaçãõ” para fazendeiro, como dizia, além de outras razões, justificando tal pedido expondo o que aconteceria com as terras que era a parte de maior valor na fazenda:

vindo a caber a cada um somente a divisãõ em tão pequeno terreno, desarranjarã a todos, fazia perder todo o merecimento da fazenda, ao passo que, não daria verdadeiro interesse a ninguém.

Reafirma ainda:

... o sistema de lavoura de nosso país, que exige indispensavelmente para plantaçãõ bons matos daqui a dez e quatorze anos, quando os últimos menores pudessem receber o seu quinhãõ, estaria este terreno, tão diminuto para cada um, completamente safado e estragado, não tendo quase valor algum.

Porém, o que mais chama a atenção é sua visão “futurista” da lavoura cafeeira ao afirmar:

Tudo o mais como escravos, animais, móveis, casas, plantações, benfeitorias, tudo é muito frágil e caduco sujeito a perecer, a extinguir-se e deteriorar-se dentro de pouco tempo.

...Com efeito, os cafezais, que hoje existem, e dão algum resultado daqui a seis ou quatorze anos, estarão reduzidos a capoeira e sem valor algum, os escravos, terão morrido quase todos, outros envelhecidos, e outros fugidos e outros reduzidos a estado de perfeitamente inválidos.

A falta de aptidão de Francisco José Teixeira Leite para lavrador, ou fazendeiro, fica ainda mais clara, efetivamente, diante da afirmativa do juiz:

Enfim o suplicante foi sempre mais comerciante e capitalista do que fazendeiro, tendo o estabelecimento agrícola mais por passatempo do que por interesse e tanto o que o seu capital circulante em dívidas andou como se vê do balanço a fl. 21 de 1:047:996\$217. Ao passo que terá a

avaliação da fazenda com todos os seus anexos e pertences subiu pouco mais de um décimo, a soma de 184:479\$240.

A verdade é que já era sua intenção vender a fazenda, e essa decisão ficaria mais fácil se o juiz decidisse que os herdeiros ficariam tão somente com as dívidas ativas “boas”.

Fato é que a partilha foi feita no ano de 1860. Entretanto, segundo o periódico Diário do Rio de Janeiro de 1857, a fazenda já pertencia a sua prima Maria Esmeria Teixeira, que possuía outra fazenda em S. João del Rei, mas que, após o falecimento do marido, resolveu estabelecer-se em Vassouras, para onde boa parte da parentela dos Teixeiras Leite estavam indo morar, adquirindo assim a Fazenda da Cachoeira, depois de vender sua propriedade em Minas Gerais.

Em seguida, seu filho João Nepomuceno Teixeira, que também possuía fazenda em São João del Rei, depois de enviuvar, junta-se à mãe na Fazenda da Cachoeira, firmando uma sociedade da qual faziam parte alguns bens de João e de sua mãe, dona Maria Esméria.

João casa-se pela segunda vez com dona Affonsina Candida Teixeira, que faleceu em 1863, e a sociedade estabelecida entre filho e mãe passa então a vigorar entre a sogra (dona Maria Esméria) e a nora (dona Affonsina).

Três anos mais tarde, dona Maria Esméria falece, e dona Affonsina então casa-se com o médico italiano Antônio Carlos Lazzarini, com total separação de bens, conforme um contrato antenupcial.

Pode-se dizer que foi a partir daí que a fazenda tornou-se uma verdadeira miniindústria.

Até aqui falei apenas das famílias, mas... e a fazenda? Tentarei resumir como foi a sua evolução até a posse dos herdeiros, em 1891, quando enfim foi vendida para a Companhia Brazil Agricola.

Até 1850, quando a fazenda era de Francisco José Teixeira Leite, a propriedade possuía uma sesmaria em terras, 162 escravos, 250 mil pés de cafés, a casa de vivenda — avaliada em 4 contos de réis —, um terreiro de pedra para secar café, poucas e rudes máquinas para beneficiamento de café e uma enfermaria. De 1853 até 1866, período em que a fazenda pertenceu a dona Maria Esméria Teixeira, havia 136 escravos e 196 mil cafeeiros, e somente se verifica a presença de um hospital novo e a instalação de dois despoldadores. A partir de então, a fazenda apresenta um desenvolvimento considerável, pois dona Affonsina casa-se com o médico Antonio Lazzarini, que começa a implementar uma grande transformação nas terras, como se pode ver no inventário *post-mortem* de dona Affonsina, aberto em 1886, no qual se destacam 290 mil pés de café e apenas 78 cativos. As estruturas para beneficiamento de café foram assim descritas:

Uma casa bem construída, contendo diferentes machinas, a saber: machina para beneficiamento e preparo de café — roda

motora de ferro com transmissão geral para o movimento das diversas machinas — descascador americano no 3, pilões, ventilador dobrado, trez ventiladores singelos; machina divisora do; separador americano; meza grande para escolha do café; bancos. Caixões para deposito do café preparado e da escolha; transmissões parciaes; elevadores e conductores precisas ao serviço authomático das respectivas machinas, uma varanda annexa a mesma casa com descascador de milho; moinho de fubá; moinho de café torrado e seos respectivos depositos; machina limpadora de café em côco, tulhas para feijão e café; transmissões e elevadores precisos a todas as mesmas machinas.

Havia ainda:

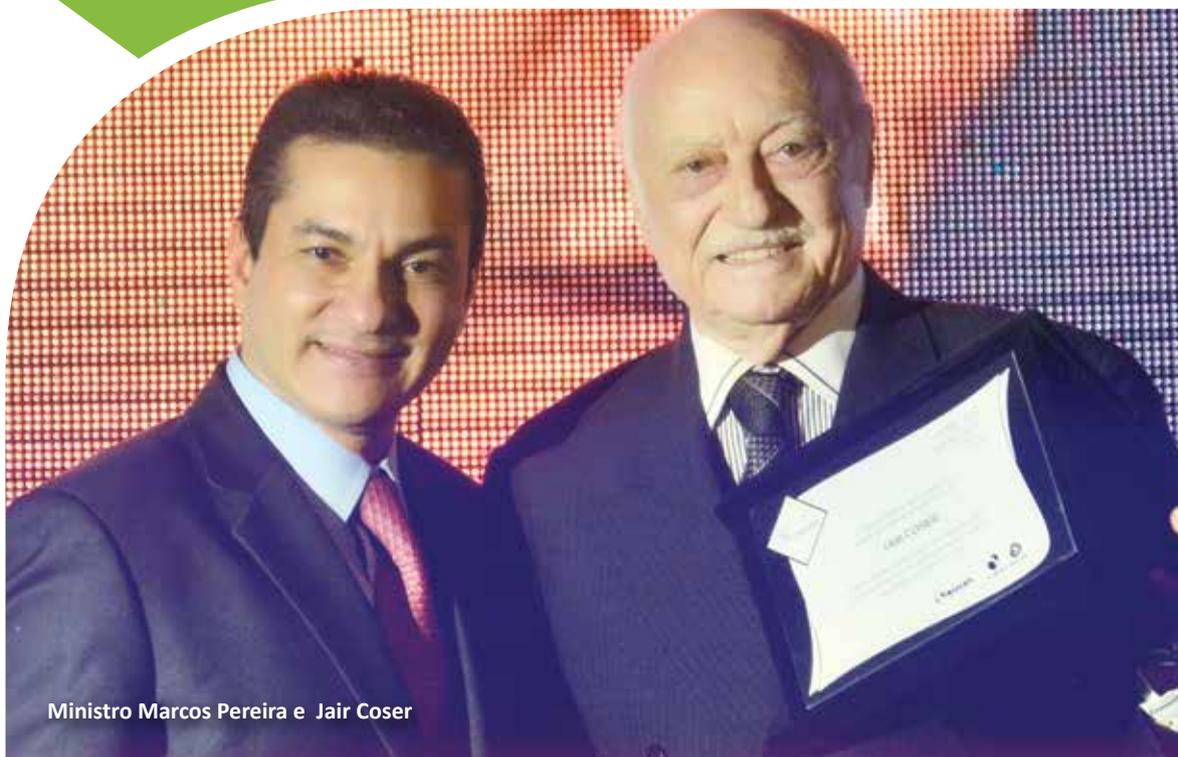
Uma casa de sobrado bem construída com alicerces e pilar de pedra, contendo as machinas seguintes: para o preparo de arroz — machina cuja por onde passa o arroz em casca antes de ir a moega do Sbrameico (sic) machina divisória do marcinheiro, dois pilões de pedra a excêtricos para limpa, trez separadores, sendo um delles especial eliminação das pedras e dois com ventiladores; uma machina authomatica para preparar arroz glacé, um lustrinho, elevadores, transmissões e conductores para o serviço e despoldamento de café; dois grandes tanques de cantaria com seos canaes conductores para lavagem e direcção do café cereja, um separador e lavador das terras, um despoldador dobrável (Ledgerwood), com grande moega, separadores de café despoldado, dois tanques de cantaria para o mesmo café antes de ir o batedor; um batedor americano respectivo tanque. Para farinha polvilho. Um lavador mechanico com raspagem, uma cevadeira, uma prensa, um coador, mechanico da massa, um forno rotativo, para torrefação da mesma, quatro tanques cimentados para, uma grande roda motora de madeira, que transmite o movimento a todos estes machinismos, transmissão especiaies e elevadores.

Em 1891, os herdeiros resolvem vender a fazenda, e como se observa na escritura de compra e venda, que relaciona, ainda, além de todos os bens acima descritos, “três aradores”, motores hidráulicos e 300 mil pés de cafés.

A Fazenda da Cachoeira sobreviveu até os fins do século XIX, apesar das previsões de Francisco José Teixeira Leite, barão de Vassouras, feitas em 1851. 

PANORAMA

Jair Coser é escolhido a personagem do ano no 16º Prêmio Líder Empresarial, no Espírito Santo



Ministro Marcos Pereira e Jair Coser

A Rede Vitória/Record, com a presença do Governador Paulo Hartung, do Ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Marcos Pereira, de inúmeras autoridades, parlamentares e um público de 600 pessoas, realizou mais uma edição do tradicional Prêmio Líder Empresarial. Esta premiação, merecido reconhecimento da contribuição e da competência de empresários para o desenvolvimento do Estado e do País, neste ano, resultou da eleição direta promovida pelo jornal Folha de Vitória, computando-se um total de 2,5 milhões de votos.

Além da eleição dos empresários que se destacaram pela sua liderança em diversas áreas da economia, o evento tem por tradição a escolha de uma empresa e do líder que a conduz, agraciado com o título Líder Empresarial do ano. Na edição 2016, a escolha recaiu na empresa UNICAFÉ Companhia de Comércio Exterior e no seu presidente Jair Coser, ícones no comércio exportador de café brasileiro. A UNICAFÉ, empresa líder no mercado mundial de café, ao longo de seus quase 50 anos de existência conquistou uma imagem de excelência e se constituiu em exemplo de conduta irretocável. Seu líder e fundador, Jair Coser, exibe uma trajetória de realizações e superações marcadas pelo sucesso, reconhecido como uma das maiores personalidades que construíram a história do café.

Novo despulpador da Pinhalense economiza 62,5 litros de água por saca de café

Além de econômico, o ECO SUPER é flexível e contribui para a preservação da qualidade do produto

A Pinhalense Máquinas Agrícolas apresentou ao mercado cafeeiro o seu principal lançamento para 2016, o ECO SUPER, novo despulpador de café com consumo zero de água, resultado de desenvolvimento intenso em tecnologia e de pesquisa nos últimos três anos, em fazendas no Brasil e na América Central, seguindo a demanda do mercado em oferecer produtos cada vez mais ecológicos.

Dentre a série de vantagens, é o único equipamento fabricado no Brasil a dispensar totalmente a injeção de água na despolpa do cereja, que é o ponto ideal de maturação do grão de café, possui o separador de grãos verdes (imaturos ainda) antes do processo de despolpa e é compacto, podendo ser utilizado desde isoladamente até em conjunto, com várias máquinas iguais trabalhando lado a lado, dependendo da capacidade produtiva do cafeicultor.



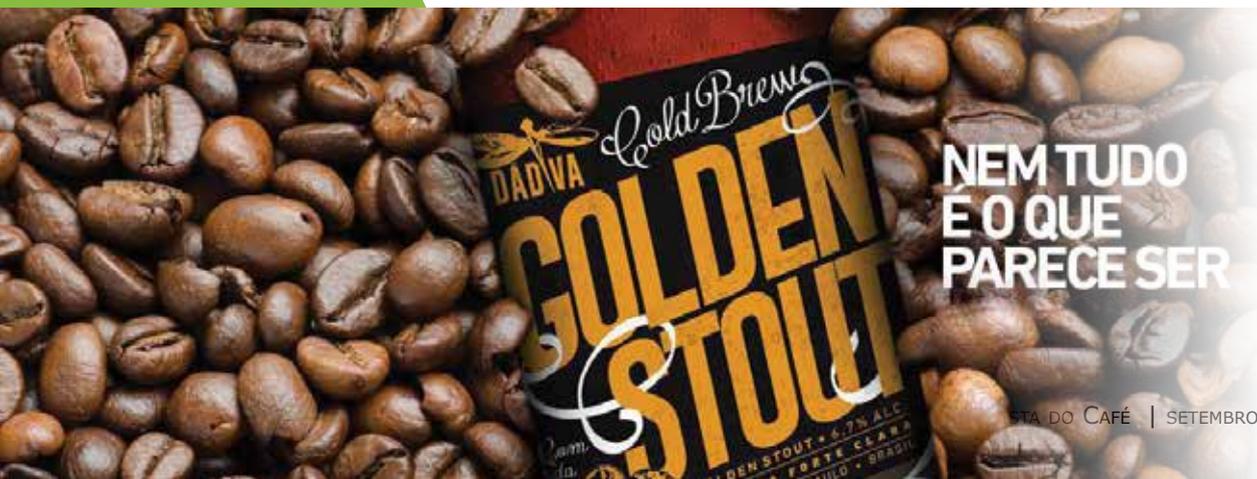
39

Cervejaria Dádiva utiliza café orgânico para produzir Stout

A Cervejaria Dádiva inova e lança sua primeira “Stout” - um estilo de cerveja bem escura e que muitas vezes tem um sabor “torrado” ou semelhante a café - feita com café produzido a partir de grãos de cultivo orgânico e extraídos pelo processo *cold brew*. O rótulo, além de surpreender pela cor dourada, mais clara que o convencional ao estilo, apresenta complexidade de aroma e sabor, com notas marcantes da tosta e toques de baunilha e cacau.

A Dádiva Golden Stout utilizou *cold brew* (processo de extração a frio do café que resulta em bebida com menor acidez e mais corpo) proveniente de um blend especial de Icatu Amarelo e Obatã Vermelho cultivado pela FAF – Fazenda Ambiental Fortaleza, de Mococa, interior do Estado de São Paulo.

O produto é um rótulo sazonal da Cervejaria Dádiva, com produção inicial de 1.800 litros. O rótulo tem preço sugerido de R\$ 24,00 (garrafa de 300ml) e já pode ser encontrado nos principais empórios e bares especializados das cidades de São Paulo, Campinas, Jundiaí e Rio de Janeiro.



Parceria entre Bayer e Federação dos Cafeicultores do Cerrado promove ações para elevar a produtividade na região mineira



O Cerrado Mineiro é uma potência na produção de café e representa 12,7% do total de grãos colhidos em todo o Brasil. Juntos, os 55 municípios da região somam 200 mil hectares de lavoura e mais de 4,5 mil produtores, que são apoiados pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado. Devido à importância e potencial dessa região, a Bayer firmou parceria com a instituição para auxiliar os cafeicultores a elevar sua produtividade, por intermédio da Aliança Bayer e Região do Cerrado Mineiro.

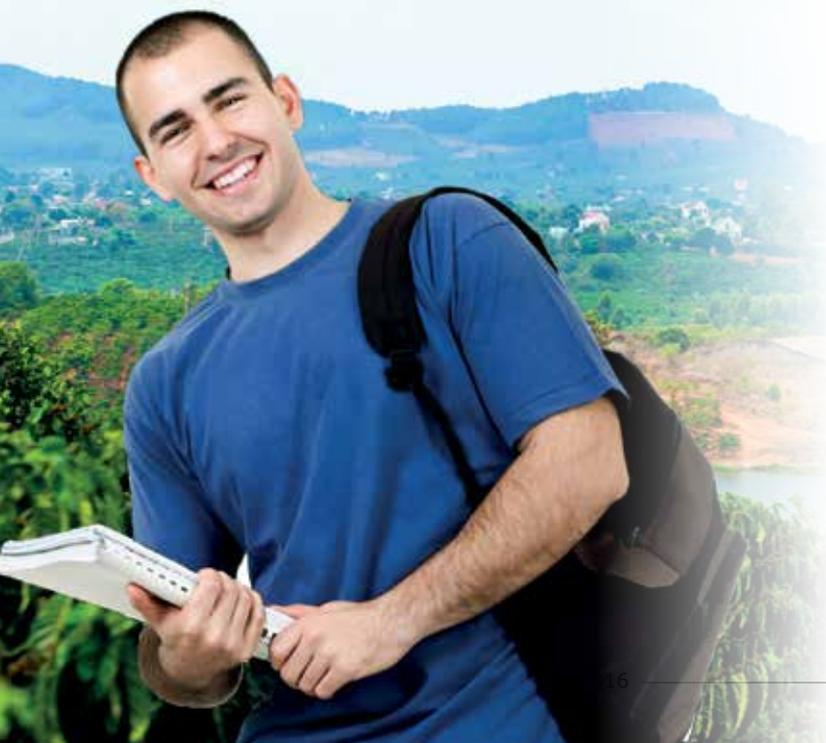
A iniciativa visa contribuir para a evolução da cafeicultura do Cerrado Mineiro com foco em qualidade e emprego de tecnologia no campo, além da constituição de grupos de estudos para discussão de assuntos relacionados à cultura do café e da criação de um fundo de investimentos que será revertido em novos benefícios para os produtores.

Para o superintendente da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, Juliano Tarabal, essa parceria é de fundamental importância para o desenvolvimento dos produtores, por colaborar com projetos de pesquisa e extensão da tecnologia. “Com a iniciativa, a Bayer mostra sua visão de valor compartilhado, sua intenção de estar sempre junto ao produtor, levando benefícios a ele. Investir na Federação, órgão de maior representatividade dos produtores do Cerrado Mineiro, é uma forma da Bayer contribuir para o crescimento e desenvolvimento da Região”.

Programa Jovens Talentos Procafé



Com o objetivo de aprimorar a prática do aprendizado acadêmico contribuindo para a formação de profissionais altamente capacitados para atender o agronegócio café, bem como de dar visibilidade do formando perante os diversos parceiros, a Fundação Procafé, dando continuidade aos projetos de pesquisa e difusão de tecnologia, promove o Programa “Jovens Talentos Procafé” na Fazenda Experimental de Varginha/MG. O programa, com duração mínima de 1 ano e máxima de 2 anos, é destinado a estudantes de graduação em Engenharia Agrônoma visando a inserção precoce dos estudantes no aprendizado de campo. Os participantes, realizarão diversas atividades, tais como: acompanhamento e participação diária em atividades práticas ligadas à cultura cafeeira, desde o plantio à pós-colheita; orientação, auxílio e supervisão de profissionais altamente qualificados; acesso às mais recentes tecnologias cafeeiras.



Workshop em Rondônia discute colheita semimecanizada de café

CRÉDITOS: EMBRAPA/DIVULGAÇÃO

Com o propósito de minimizar um dos principais desafios enfrentados pelos cafeicultores, a escassez de mão de obra que limita o desenvolvimento da produção, tanto em quantidade como em qualidade, a Embrapa Rondônia organizou um Workshop sobre Colheita Semimecanizada de Café Canéfora (conilon e robusta) em Ouro Preto do Oeste (RO), a cerca de 340 quilômetros de Porto Velho.

O evento reuniu cerca de 200 participantes, entre produtores, empresários do setor e técnicos da colheita de café, que representam 70% da produção de café do estado, segundo a Embrapa. As atividades foram conduzidas por pesquisadores e técnicos com grande experiência em cafeicultura, assim como



Panorama das palestras



Público participando das atividades práticas sobre a metodologia em campo

por representantes das indústrias que produzem máquinas de colheita semimecanizada do café.

Segundo pesquisadores, o método pode reduzir os custos da colheita em até 60%. Além de palestras, ações práticas foram desenvolvidas em campo, no município.

O produtor Júlio César Mendes conta a experiência do uso da metodologia em sua lavoura. “No ano passado, utilizamos cerca de 80 pessoas para realizar a colheita. Durante este ano, trabalhamos com a máquina e precisamos de nove pessoas na fazenda e mais três pessoas na máquina fazendo a triagem do café. Com a nova técnica tivemos uma redução de 62% com custos de mão de obra”, diz o produtor.

41

Livro “Café na Amazônia”

O livro *Café na Amazônia*, produzido pela Empresa Brasileira de Pesquisa (Embrapa) de Rondônia, é considerado a ‘bíblia do café na Amazônia’, pois reúne toda a história da instituição no estado, narrando as pesquisas realizadas sobre o café ao longo dos 41 anos de existência em Rondônia. A publicação relata ainda como o agricultor toma suas decisões sobre o grão e seu cultivo, além do financiamento para a produção.

Para o chefe da Embrapa no estado, Alerto Marcolan, é importante que toda a população tenha acesso à publicação.

“O livro trata desde o plantio, a redução de pragas até a pós-colheita. O trabalho que a Embrapa fez ao longo de mais de 40 anos está incluída na publicação”.

A obra, com 21 capítulos e escrita por 54 autores, está disponível na internet, com acesso gratuito, no site da Embrapa.



Coca-Cola Brasil entra no mercado de cafés e lança no país produto do segmento especial

A Coca-Cola Brasil lançou no mercado brasileiro o produto Café Leão com grãos 100% arábica, cultivados, torrados e embalados no país, com o objetivo de ampliar o acesso do consumidor à categoria de cafés especiais. O Café Leão marca a entrada da Coca-Cola Brasil no segmento de cafés, usando o nome Leão, uma marca de origem brasileira com 115 anos de tradição no segmento de chás, desenvolvida no Paraná com o produto Mate Leão.

Com uma mistura de grãos do cerrado mineiro e das montanhas do Espírito Santo, a produção do Café Leão envolverá uma rede de pequenos e médios cafeicultores das duas regiões. O produto estará disponível em duas torras: escura, com a bebida encorpada e equilibrada com aroma e sabor intensos; e média, com aroma e sabor balanceados com dulçor marcante. O Café Leão será o primeiro da companhia no mundo para o consumo em casa, que busca valorizar o ritual do preparo do café.

“O café brasileiro é reconhecido como um dos melhores do mundo. No entanto, combinações de grãos tipo arábica, nossa melhor e mais valorizada espécie de café, dificilmente chegam às casas dos brasileiros porque são em grande parte direcionados ao mercado externo. Leão quer levar para o brasileiro o melhor do café que é produzido aqui”, diz o vice-presidente de Novos Negócios da Coca-Cola Brasil, Sandor Hagen.



42

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia promove curso de pós-graduação em Gestão da Cadeia Produtiva do Café



A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, instituição integrante do Consórcio Pesquisa Café, realizará a partir de outubro do corrente a 3ª Edição do Curso de Pós-Graduação em Nível de Especialização *Lato Sensu* em Gestão da Cadeia Produtiva do Café com Ênfase em Sustentabilidade, no campus de Vitória da Conquista. O curso tem por objetivo capacitar, atualizar e aprimorar profissionais de nível superior para gerir e expandir a visão das atividades ligadas à cadeia produtiva do café, com foco nos modelos de boas práticas na cafeicultura, custo de produção e marketing do agronegócio e transferência de tecnologia.

Governo colombiano estima novos aumentos na produção de café



Autoridades colombianas estimam que a recuperação da produção de café, que em 2009 atingiu o nível mais baixo dos últimos 30 anos (8,09 milhões de sacas), alavancada por um amplo programa de renovação de sua cafeicultura e de melhoria da produtividade, continuará a sua trajetória de alta. Segundo os dados da OIC, tabela ao lado, a produção evoluiu de 8,5 milhões de sacas de 60 quilos em 2010 para 13,5 milhões em 2015, aumento de 58% no período. Segundo declarações do Ministro da Fazenda, Mauricio Cardenas, durante a Assembleia Anual do Comitê Nacional de Cafeicultores, o acordo de paz assinado pelo presidente da república, Juan Manuel Santos, e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, ao por fim ao conflito que perdura por 52 anos, “significa em termos de economia rural colombiana melhores condições, mais segurança, mais apoio às famílias rurais, que auxiliará na meta de produzir em 2020 algo em torno de 20 milhões de sacas”. Mesmo afetada pelo fenômeno climático *El Niño*, que provocou escassez de chuvas em algumas regiões, a estimativa do Comitê é a de que em 2016 estará entre 14,5 e 15,0 milhões de sacas.



COLÔMBIA Produção de Café (Mil sacas 60Kg)	
2000	10.400
2001	11.962
2002	11.735
2003	11.230
2004	11.573
2005	12.564
2006	11.775
2007	12.516
2008	8.664
2009	8.098
2010	8.523
2011	7.652
2012	9.927
2013	12.124
2014	13.333
2015	13.500

Fonte: OIC

Educampo Café/Expocaccer inicia projeto inovador na área de irrigação

Em parceria com o Sebrae, propriedades rurais desenvolverão melhorias na aplicação do sistema de irrigação.

Foi iniciado em setembro o Projeto de Irrigação para propriedades rurais do Projeto Educampo Café/Expocaccer cujo foco é realizar um diagnóstico para melhorar o desempenho produtivo dos sistemas de irrigação.

Em parceria com o Sebrae, as propriedades receberão consultorias que além de adequar os processos como medida de melhoria na produtividade, também orientarão sobre o uso racional da água e da energia, com foco na redução de custos e no aumento da eficiência na gestão. Com intuito de buscar sempre o desenvolvimento de seus associados, a Expocaccer, em parceria com o Sebrae, irá implementar e coordenar as ações de um projeto piloto pioneiro a nível de Educampo Café. Este projeto piloto tem como objetivo melhorar a eficiência nos sistemas de irrigação em 12 fazendas de café, pertencentes a quatro grupos do Educampo, ligados à Expocaccer. Esta ação será imprescindível para melhorar o desempenho econômico/técnico dos empresários rurais associados à cooperativa, bem como servirá para agregar o conhecimento adquirido através de uma consultoria tecnológica externa”, detalha Glauce de Fernandes, coordenadora estadual do Projeto Educampo Café.

As consultorias serão conduzidas pelo professor André Fernandes, doutor em Engenharia Agrícola pela UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) e mestre na área de concentração, irrigação e drenagem.

Museu do Café inaugura exposição sobre vitral de Benedicto Calixto

Intitulado A epopeia dos Bandeirantes, o vitral retornou em julho ao edifício da Bolsa Oficial de Café após processo de restauro

O Museu do Café inaugurou a nova exposição temporária Desconstruindo uma Epopeia. A mostra, aberta pelo Conselheiro Eduardo Carvalhaes e a Diretora Marília Bonas (destaque na foto), apresenta uma leitura crítica do vitral A epopeia dos Bandeirantes, de autoria do pintor paulista Benedicto Calixto e que está presente no salão do pregão do edifício da Bolsa Oficial de Café. A curadoria desfragmenta as informações contidas na peça em várias camadas, para que o público possa compreender melhor o processo de concepção por trás dessa obra de mais de 90 anos. A exposição apresenta aos visitantes uma análise completa do vitral como um objeto museológico, colocando em evidência seu caráter material e técnico, os conteúdos nele presentes e sua linguagem simbólica, o contexto em que foi concebido e a localização da obra em seu tempo. Na ocasião, Calixto criou o desenho sob medida para o palácio da Bolsa, que estava sendo construído para centralizar as negociações de café no estado de São Paulo.

Um pequeno atelier cenográfico com *mock-ups* de ferramentas utilizadas pelos profissionais na confecção e restauro de vitrais, além de textos explicativos e imagens irão compor a nova temporária. Será também apresentado cada parte do vitral separadamente, com análise de seus personagens, símbolos e figuras, com protagonismo para a parte central da obra, onde encontra-se Anhangüera e a Mãe d'Ouro, os maiores destaques e referências da peça.

O restauro – Retirado para tratamento especializado junto com o mobiliário do salão do pregão, o vitral foi restaurado pelo Estúdio Sarasá Conservação e Restauração. Foi necessária a realização de limpezas e higienizações dos vidros e a troca dos perfis de chumbo para fixação das centenas de peças que compõem a arte, além de correções em eventuais danos. Após o término das etapas de restauro, iniciou-se a remontagem e, depois de tudo devidamente reagrupado, finalmente a obra de Calixto retornou ao edifício da Bolsa.



CRÉDITOS: IAN LOPES



MC em parceria com a Nespresso promovem o curso A Arte da Harmonização

O Museu do Café em parceria com o Nespresso Expertise Center realizou, nas dependências do seu Centro de Preparação do Café (CPC), um encontro do café com os mais variados sabores e aromas, a harmonização da bebida com outros pratos e sobremesas são alguns dos assuntos abordados

O curso considera os hábitos diários dos apreciadores de café em diferentes momentos do dia, seja quando pela manhã, puro ou com leite, ou quando combinado com alimentos que se encaixam perfeitamente às suas notas aromáticas (pão de queijo ou um bolo de laranja).



CRÉDITOS: KARINA FREY

45

MAPA anuncia liberação de R\$ 4,5 bilhões para a safra cafeeira

O MAPA informou que, com a liberação de R\$ 351 milhões feita em 28 de agosto passado, o total de repasses para as instituições financeiras oriundas do FUNCAFÉ, para os financiamentos da safra cafeeira atingiu R\$ 4,518 bilhões, que corresponde a 97% do orçamento aprovado. Segundo o Ministério, foram destinados R\$ 1,752 bilhões para as operações de Estocagem, dirigidas às Cooperativas de Cafeicultores, R\$ 1,0 bilhão para as linhas de aquisição de café, contemplando a indústria de torrefação e moagem, de solúvel, comércio e cooperativas (para as operações com não-cooperados). Além disso, o Plano de Safra destinou recursos de R\$ 876 milhões para o capital de giro, sendo R\$ 400 milhões para as Cooperativas, R\$ 276 milhões para a indústria de torrefação e R\$ 200 milhões para as indústrias de solúvel, não contemplando os exportadores em face do entendimento da Fazenda de que a inclusão deste segmento poderia ser entendida como subsídio ao comércio exterior. Para as operações de custeio da produção e operações de colheita, foram alocados R\$ 890 milhões.



Atletas que consomem café têm visão melhorada



Uma nova virtude no consumo de café é tornada pública. Segundo noticiado pela jornalista Marina Oliveira, em seu blog Mexido de Ideias, um grupo de cientistas da *University of Waterloo School of Optometry and Vision Science*, no Canadá, realizou pesquisas com ciclistas profissionais de longas distâncias, voltadas para testes de visão após esforços de intensidade moderada.

Alguns atletas receberam suplementos de carboidrato a base de cafeína enquanto outros consumiram apenas substâncias neutras. Os testes revelaram que quem não tomou a bebida cafeinada teve um desempenho 8% pior nos testes de velocidade e movimentação dos olhos. Segundo os cientistas, isso possivelmente ocorre por conta da fadiga que impede o sistema nervoso de coordenar o movimento dos músculos de forma efetiva no pós-exercício. A cafeína ingerida, equivalente a duas xícaras de café, produziu um efeito contrário: melhora de 11% nos testes de visão. Os pesquisadores concluíram que a forma como a cafeína impede a fadiga muscular ainda é desconhecida, mas a sua ação estimulante pode afetar o equilíbrio dos neurotransmissores de forma benéfica, garantindo mais foco e concentração.

Embora as pesquisas não estejam ainda concluídas, seus resultados preliminares incentivam o uso moderado do café.

46 Abastecimento de milho pode comprometer a participação do Brasil no mercado mundial de carnes

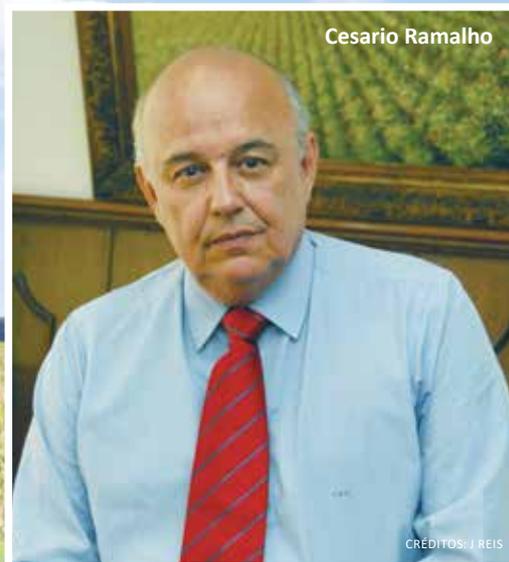
Segundo Cesario Ramalho, vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho) e ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, o Brasil está enfrentando uma crise de abastecimento de milho causada, principalmente, por problemas climáticos. De uma previsão inicial de 82 milhões de toneladas, na safra 2015/16, o País deverá produzir 78 milhões de toneladas, sendo que mais de 30 milhões serão exportadas. Além disso, temos o fato de o Brasil produzir uma tonelada do cereal para cada uma e meia tonelada de soja.

“Essa relação nos preocupa bastante, porque o consumo de proteína animal cresce assustadoramente, com destaque para a Ásia, demandando 70% de milho e 30% de soja para produzir a ração destes animais”, Ele comenta que o País tornou-se um grande exportador mundial de milho, e de carnes bovina, suína e de frango, além de soja: “Precisamos produzir mais milho, sem reduzir a produção de soja, afinal, temos muitas áreas a serem exploradas, de pecuária, principalmente, no Brasil inteiro”.

De acordo com Ramalho, o Brasil deve conquistar novas terras e plantar mais milho, “pois não temos produção suficiente para atender à demanda mundial e acompanhar o crescimento demográfico da população, em especial o aumento da classe média”.

Ramalho revela que a Abramilho fechou uma parceria com a Embrapa Milho e Sorgo (MG) e a Fundação Dom Cabral (de Belo Horizonte) para realizar uma análise do mercado de milho, englobando as demandas atual e futura, produtividade, produção, regiões onde as variedades estão mais adaptadas, entre outros aspectos. Mas segundo ele, o governo federal rejeitou o estudo.

“Agora, estamos felizes, pois o ministro Blairo Maggi encaminhou o estudo para a assessoria dele, que vai trabalhar em conjunto com a Abramilho, desenvolvendo um plano para o aumento da produção de milho, por meio da iniciativa privada e não do governo”, informa. “Queremos apenas um apoio, um suporte do governo para a criação de uma política pública de preço mínimo.”



Cesario Ramalho

CRÉDITOS: J. REIS

18

OUTUBRO

42º Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras

O tradicional Congresso Brasileiro de Pesquisas Cafeeiras, neste ano em sua 42ª edição, será realizado no período de 18 a 21 de outubro de 2016, no Centro de Convenções do Hotel Fazenda Vale do Sol, Serra Negra/SP, com o tema “Produzir mais café, com economia, só com boa tecnologia”. O programa oficial do Congresso contempla a apresentação oral de 100 trabalhos de pesquisa agrupados em sete temas: pragas do cafeeiro; doenças do cafeeiro; sementes, mudas, plantio, espaçamento e condução; tratos culturais; melhoramento genético; ecologia e fisiologia; e estudos socioeconômicos; e, terá, ainda, a realização de três seminários sobre: As novas variedades de café, o Controle de nematóides em cafeeiros e Bases e inovações na secagem do café.

Nesta edição do Congresso, a Fundação Procafé conta com o apoio dos tradicionais parceiros na organização do evento: Embrapa-Café, Consórcio Pesquisa Café, Secretaria de Agricultura de São Paulo, IAC, UFLA, UNIUBE, Prefeitura Municipal de Serra Negra, Empresas Estaduais, Institutos de Pesquisa, Universidades, Empresas de Equipamentos e Insumos, Cooperativas e Associação de Cafeicultores.

47

Presidente da SNA recebe título de membro benemérito da AMVERJ

O presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Antonio Alvarenga, recebeu o título de membro benemérito da Academia de Medicina Veterinária do Rio de Janeiro (AMVERJ), em solenidade realizada, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Segundo o presidente da AMVERJ, Rogério Alvares, o título concedido a Antonio Alvarenga reconhece seu esforço, como presidente da SNA, de valorizar a importância do profissional de medicina veterinária para o setor agropecuário e para o País, de modo geral.



Antonio Alvarenga e o presidente da AMVERJ, Rogério Alvares



Mesa de abertura

Semana Internacional do Café 2016 registra incremento de 8% nos negócios da Feira

CRÉDITO: VITOR MACEDO

48

Após três dias de intensa programação em Belo Horizonte, a quarta edição da Semana Internacional do Café apresenta resultado positivo, gerando um total de R\$ 25 mi em negócios movimentados apenas na feira. O desempenho demonstra o incremento de 8% quando comparado com o evento do ano anterior.

Foram mais de 14 mil visitantes, nacionais e internacionais, que compareceram a Expominas para acompanhar a extensa programação que incluiu eventos técnicos, como o Seminário Internacional DNA Café 2016, o Encontro Educampo, o Fórum da Agricultura Sustentável, a Cafeteria Modelo, além de Rodada de Negócios & *Coffee of the Year* e a 5ª Copa Barista. Simultaneamente foi realizado também o 11º Espaço Café Brasil, que reuniu 103 expositores com a participação de 155 marcas.

No Seminário Internacional DNA Café 2016, o Diretor Técnico do CECAFÉ, Eduar-

do Heron Santos, ministrou a palestra “Tendências de Consumo de Cafés Diferenciados na exportação”, demonstrando as perspectivas do consumo mundial. Segundo Heron, “Nos últimos 4 anos houve um crescimento de cerca de 9 milhões de sacas no consumo mundial, com destaque aos países emergentes, produtores e ao continente asiático, onde foram verificadas as maiores taxas de crescimento, associa-

das a expansão da classe média com rendimentos mais elevados e do café como estilo de vida e forma de socialização”. Destacou ainda o crescimento das exportações brasileiras de cafés diferenciados no período, indicando a demanda por qualidade, bem como por sustentabilidade nos mercados importadores tradicionais, citando os desafios da cafeicultura brasileira para continuar atendendo essas demandas. (E)



Eduardo Heron Santos, diretor técnico do CECAFÉ



Série *As 10 mais belas Cafeterias do mundo*

Café Majestic Porto – Portugal

É na segunda maior cidade de Portugal que se encontra um dos mais belos cafés de todo o mundo, com o nome de Café Majestic. Inaugurado em 1921 com o nome de “Elite”, o café esteve desde logo associado a frequência de pessoas distintas da época.

O Majestic é um dos mais impressionantes de todos os cafés do país e um dos mais atraentes do mundo. A partir de sua fachada (foto acima) para o seu interior, o Café Majestic continua a ser um belo cenário para eventos culturais, tornando-o mais do que apenas uma atração turística.



Em seu estilo *Art Nouvean* na simetria curvilínea das molduras em madeiras, nos grandes espelhos intercalados por candeeiros em metal trabalhado que delimitam as paredes num inteligente jogo óptico de amplitude, conserva todo o seu antigo esplendor e convida a reviver a fascinante *Belle Époque*.



Detalhe do estilo *Art Nouvean*



Conselho dos Exportadores
de Café do Brasil

O comércio exportador Brasileiro embarca café para mais de 130 países, demonstrando sua eficiência logística e sua capacidade para atender aos mais exigentes e diversos mercados frente aos requisitos de qualidade e sustentabilidade.

cecafebrazil



www.cecafe.com.br

NOSSA MISSÃO

“Representar e promover o desenvolvimento do setor exportador de café no âmbito nacional e internacional, por meio de ações estratégicas e jurídicas, intercâmbio e inteligência de informações do setor, e execução de projetos de cidadania e responsabilidade social que fortaleçam a imagem de sustentabilidade dos cafés do Brasil”

NOSSA VISÃO

“Ser uma instituição de referência Nacional e Internacional como fórum de discussão e ação em temas de fronteira que adicionem valor ao setor exportador e, por consequência, aos cafés do Brasil”





A natureza é incontestável

A tradição de uma empresa também.



UNICAFÉ

COMPANHIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Matriz/Head Office

Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675
Conj. 500 - Enseada do Suá - Vitória-ES
CEP: 29058-900 • Tel: (55) 27 2123-5858

Escritório / Branch - Rio de Janeiro-RJ

Rua São Bento, 8 - 19º andar - Centro
CEP: 20090-010 • Tel: (55) 21 2159-8989
e-mail unicafe@unicafe.com.br

Escritório / Branch - Santos - SP

Rua do Comércio, 41 - Centro
CEP: 11010-141
Tel: (55) 13 2102-8787

Londrina-PR



Vitória da Conquista-BA



Varginha-MG



Manhumirim-MG